

# Ideias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das  
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro  
ANO V – nº 36 – fevereiro e março de 2012



## CASO PINHEIRINHO Para onde eles vão agora?

Reintegração de posse viola direitos humanos de 1.600 famílias em São José dos Campos (SP).

Páginas 20 a 24

# Stúdio de Pilates e Personal Ferreira Vieira

Com a certeza de que os músculos devem ser fortes e flexíveis para se manterem bonitos e saudáveis, o Pilates fortalece os músculos fracos, alonga os músculos que estão encurtados e aumenta a mobilidade das articulações. Movimentos fluentes são feitos sem pressa e com muito controle para evitar estresse. O alinhamento postural é importante em cada exercício, ajudando na melhora da postura global do indivíduo. Assim, a força, a tonificação e o alongamento são trabalhados de dentro para fora do corpo, tornando-o forte, bonito, saudável, harmonioso e elegante.



## AS AULAS APRESENTAM

Exercícios suaves e eficazes com poucas repetições de movimentos; grande variedade no repertório dos exercícios, inviabilizando a monotonia; uso de aparelhos e acessórios criados especialmente para os exercícios; resultados rápidos e duradouros; construção de uma postura correta e natural, sem desgaste físico.

## BENEFÍCIOS

Aumento da resistência física e mental, da concentração, da flexibilidade, do tônus e da força muscular; alívio das tensões, do estresse, das dores crônicas e relaxamento; fortalecimento dos órgãos internos;

melhora na respiração e na oxigenação do sangue, no sistema circulatório, na eliminação de toxinas, na drenagem linfática, na mobilidade das articulações e na coordenação motora; alongamento, controle corporal e correção postural.

## Informações: Janáina e Alexandre

Rua das Marrecas, 33 sala 402 – Contato: 9606-8801

[www.pilatesepersonalferreiravieira.eev.com.br](http://www.pilatesepersonalferreiravieira.eev.com.br)

[pilatesepersonalferreiravieira@hotmail.com](mailto:pilatesepersonalferreiravieira@hotmail.com)

twitter: @pilatescentrorj

Aos sindicalizados e dependentes do Sisejufe desconto de 10%.



**Autonomia Sindical**

Em artigo, o presidente da CUT, Artur Henrique, defende troca do imposto sindical por contribuição negociada pela autonomia e liberdade sindical.

Página 5

**Movimento Sindical**

Fenajufe participa do lançamento da Campanha Nacional Unificada dos Servidores Federais, em Brasília.

Páginas 6 e 7

**Aposentadoria**

Nosso repórter Max Leone mostra o desafio que os servidores terão para barrar a implementação da previdência complementar. Deputados aprovam PL 1.992. Agora, a luta será no Senado.

Páginas 8 e 9

**Movimento Sindical**

Frente Parlamentar é lançada em Brasília com apoio de 199 deputados federais em defesa do funcionalismo público

Página 10

**TRE**

Equipe da Agenda Ambiental vence 11ª Mostra Internacional de Trabalho da Qualidade do Poder Judiciário na categoria Gestão Socioambiental.

Página 11

**Justiça Federal**

Servidores denunciam irregularidades na infraestrutura do prédio da JF, na Almirante Barroso. Sindicato se reúne com subdiretor da secretaria responsável para cobrar providências.

Páginas 12 e 13

**Movimento Sindical**

Jornalista Ricardo Boechat chama servidores do TRE de “vagabundos” em programa de rádio ao vivo. Sisejufe pede retratação pública e faz ato na porta da emissora.

Páginas 14 e 15

**Mídia**

Movimentos Sociais e entidades governamentais se rebelam contra a Globo devido a “possível estupro” ocorrido no BBB12. A jornalista Bia Barbosa analisa o episódio.

Página 16

**Mulher**

Às vésperas do Dia Internacional da Mulher, direito de voto feminino completa 80 anos. Mas elas ainda lutam por igualdade de gênero real na sociedade.

Página 17

**Memória**

Nossa repórter Tatiana Lima relata a emoção da viúva de Apolônio de Carvalho, Renée de Carvalho, ao doar documentos que contam a história da esquerda brasileira ao Arquivo Nacional.

Páginas 18 e 19

**Nacional**

Remoção covarde e violenta de mais de 1.600 famílias do Pinheirinho, em São José dos Campos, provoca revolta no país e no exterior. Justiça foi feita? Mas pra quem?, questiona o repórter Vinícius Souza.

Páginas 20, 21, 22 e 23

**Nacional**

Sob a ótica da solidariedade, nosso colaborador e chargista Carlos Latuff descreve o sentimento das almas jogadas na rua no Pinheirinho.

Página 24

**Crise no Judiciário**

Presidente de associação defende que embate entre CNJ e juízes é resultado da falta de democracia no Poder Judiciário.

Página 25

**Oficina Literária**

Em artigo, diretor do Sisejufe Roberto Ponciano destaca importância da resistência para evitar que nossa cultura, uma das mais ricas do mundo, seja definitivamente aniquilada.

Páginas 26 e 27

**Cultura**

Ideias em Revista dá dicas de livros e vídeos para seus leitores.

Página 28

**Fulgência**

Nosso colaborador perdeu o bom humor ao assistir, na TV, o desfile das Escolas de Samba do Rio, no Carnaval. Tudo culpa da Globo.

Página 29

**Internacional**

Com o mundo em crise, navios de guerra iranianos e russo rumam à Síria. O planeta treme temendo um conflito no Oriente Médio.

Páginas 30 e 31

**Internacional**

Artigo de Pepe Escobar mostra que é os EUA dizerem que o Irã está isolado do resto do mundo. País conta com apoio de nações contrárias aos embargos norte-americanos a Teerã.

Páginas 32 e 33

**Internacional**

O professor Reginal Nasser comenta as declarações de Caio Blinder que defendeu na TV o assassinato de cientistas que participam do programa nuclear iraniano.

Páginas 34 e 35

**Internacional**

Polônia assina acordo que pode suprimir liberdade da atividade de usuários na internet, restringindo compartilhamento de arquivos e informação.

Páginas 36 e 37

**Latuff**

Nosso chargista mostra que está aberta a temporada de privatizações dos aeroportos no governo de Dilma Rousseff.

Página 38

# Novos desafios que batem a nossa porta

Foto: Henri Figueiredo

Passado o carnaval, esta edição de Ideias em Revista chega para vocês leitores com a perspectiva de que as próximas semanas e os próximos meses se mostram desafiadores para os servidores do Judiciário Federal e todo funcionalismo público do país. Não bastasse a dura luta pela aprovação do PCS - que continuará pautando o calendário nacional de mobilização da nossa categoria -, agora os servidores públicos, como um todo, terão pela frente novo embate com o governo federal. Com a aprovação em fevereiro do PL 1.992/2007, que privatiza a previdência dos servidores, pelo plenário da Câmara dos Deputados, agora o foco será a mobilização das várias categorias do serviço público para que a proposta não passe no Senado, onde será votado em breve. O governo já anunciou que continuará jogando para aprovação dessa proposta.

A difícil tarefa será enfrentada em conjunto. O lançamento da Campanha Salarial Unificada mostra que a saída é fortalecer a luta dos servidores. Entre outros pontos da campanha, a criação do Fundo de Previdência Complementar para o serviço público vai ser combatida pela direção do Sisejufe, pela Fenajufe, os sindicatos filiados à federação, demais entidades representativas do funcionalismo, como a Condsef,



e centrais sindicais, entre elas a CUT. Todos estão dispostos a darem as mãos para caminhar juntos em mais essa jornada. A campanha nacional reivindica ainda definição da data-base em 1º de maio; uma política salarial permanente com reposição inflacionária; valorização do salário-base e incorporação de gratificações.

Os servidores podem estar pensando neste momento. "Mais uma frente de batalha começa, sem que a outra tenha chegado ao fim. Assim não é possível, não vamos conseguir". Mas é isso mesmo. Não há descanso quando os servidores públicos estão sempre na mira e correndo riscos de terem seus direitos retirados, após anos de muita luta e muito

suor. Não dá para ficar de braços cruzados. Nossos aliados somos nós mesmos.

Mas há um fio de esperança de que a batalha não está perdida. O relançamento da Frente Parlamentar para defender o funcionalismo e o serviço público é um grande reforço e vem colaborar para a luta cotidiana. Ter parlamentares influentes atuando em nosso favor vai ajudar, e muito, as nossas causas.

No entanto, esperar contar com apoio de outros segmentos, como a grande mídia, é perda de tempo. Vale lembrar o recente episódio vivido pelos servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE), quando o desinformado

jornalista Ricardo Boechat, da rádio BandNews, que não se deu ao trabalho de apurar se informações que chegaram a ele eram verdadeiras. Sem se interessar em buscar a verdade, ele jogou no ar comentários pejorativos aos servidores do TRE. Apuração correta dos fatos e democracia não parecem fazer parte do receituário desse mau profissional. Um grande exemplo da falta de democracia no meio de comunicação no país.

Neste sentido, é obrigação dos servidores do Judiciário Federal estarem atentos ao chamamento do sindicato para as lutas que se anunciam. Temos um longo e grande trabalho a fazer este ano. Temos que estar todos unidos. Boa leitura!



**SISEJUFÉ**  
Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003  
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>  
ENDEREÇO ELETRÔNICO: [imprensa@sisejufe.org.br](mailto:imprensa@sisejufe.org.br)

**DIRETORIA:** Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana O. de A. Góes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

**IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO:** Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ 19002/JP) – Tatiana Lima (MTb32631/RJ) **EDIÇÃO:** Max Leone

**DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff

**CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda

**IMPRESSÃO:** Gráfica e Editora Minister (8,6 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas à edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita à aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em  
Papel Reciclado

# Trocar o imposto pela contribuição negocial, aprovada em assembleia, vai fortalecer o movimento sindical

Artur Henrique\*

Neste ano, a CUT vai levar até as bases a sua luta por liberdade e autonomia sindical. A ideia é discutir alternativas democráticas de organização e dialogar com o trabalhador sobre os vícios da atual estrutura sindical brasileira, que permite a criação de sindicatos fantasmas.

Além de ir até os locais de trabalho, vamos fazer campanhas publicitárias em rádios e TVs e um plebiscito sobre o fim do imposto sindical. A campanha entra no ar em março, mês em que todos os trabalhadores formais do país têm um dia de salário descontado por conta desse tributo compulsório.

Movimento sindical forte não significa número de sindicatos. Significa representatividade e pressão nas negociações. Para fortalecer a negociação, é fundamental fortalecer os sindicatos, torná-los atuantes, com trabalho de base. Ou seja, é preciso acabar com os sindicatos de gaveta. O fim do imposto é determinante para isso.

Nesse sentido, defendemos a substituição do imposto por uma taxa negocial que deve ser definida nas assembleias das categorias, após as negociações salariais e de condições de trabalho.

Para nós, a liberdade de o trabalhador decidir se e como quer sustentar financeiramente o seu sindicato fortalece as entidades combativas, representativas e com poder de negociação.

Mais do que isso: acaba com os sindicatos de fachada criados apenas porque, para alguns sindicalistas, trata-se de um negócio lucrativo que não demanda esforços.

Desde 2008, quando foi publicada a Lei 11.648, que reco-

nheceu formalmente as centrais sindicais, o ritmo de criação de sindicatos aumentou ainda mais.

Isso porque, pela lei, para ser reconhecida e ter direito a 10% do total arrecadado via imposto sindical, a central tem de atingir um índice 7% de representatividade. Para abocanhar parte dos recursos, algumas centrais pulverizaram ainda mais a base dos trabalhadores, criando centenas de sindicatos.

Só em 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego recebeu 1.207 pedidos de registros de sindicatos. O total de entidades com registro pulou para 14.204, sendo 9.815 de trabalhadores. Se o imposto acabar, muitos fecharão as portas, pois não representam ninguém.

O fato é que o Brasil está indo na contramão do sindicalismo internacional. Na Europa e nos Estados Unidos, sindicatos combativos, como os dos metalúrgicos, dos siderúrgicos e dos químicos, estão discutindo a unificação com outras categorias profissionais para fortale-

cer o poder de negociação e de ação sindical.

Para a CUT, só com liberdade e autonomia sindical é possível construir entidades realmente representativas e preparadas para enfrentar os desafios da negociação coletiva e do contrato coletivo nacional por ramo de atividade.

No entanto, isso só será possível com a extinção do imposto, com liberdade e autonomia para que os trabalhadores decidam quanto querem pagar.

É necessário também aprovar uma lei que proíba práticas

antissindicais, assim como convencer os trabalhadores sobre a importância de se sindicalizar nos locais onde os empresários proibem ou dificultam a entrada de sindicalistas, como na construção civil e no comércio etc.

É por isso que a CUT luta pela ratificação da convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que garante a liberdade e a autonomia sindical.

Isso significa que o trabalhador pode decidir em que sindicato quer se organizar e quanto vai contribuir para manter o seu sindicato. Ele também poderá escolher qual federação, qual confederação e qual central quer que o represente nas negociações nacionais. Essa é uma bandeira histórica da CUT. Por ela, estamos dispostos a ir para o enfrentamento. A luta é pela liberdade de expressão e de associação.

**“É preciso acabar com os sindicatos de gaveta. O fim do imposto é determinante para isso”**

\* Presidente Nacional da CUT.  
Artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo.



Foto: Dino Parizotti/CUT

# Categorias vão lutar para barrar projetos que retiram direitos dos servidores

Leonor Costa\*

A Esplanada dos Ministérios virou mais uma vez o principal palco das manifestações dos servidores públicos federais. No dia 15 de fevereiro, o funcionalismo de todo o país, incluindo o do Judiciário Federal, lançou a Campanha Salarial Unificada de 2012. Representantes de várias entidades nacionais participaram do ato em Brasília. O objetivo da campanha é cobrar do governo política salarial permanente, com reposição inflacionária, e reafirmar que os servidores são contra a privatização da Previdência, por meio da aprovação do PL 1.992/2007. Será intensificada a luta contra a retirada de direitos dos trabalhadores, prevista em várias propostas prioritárias do governo Dilma.

Os eixos da campanha deste ano são: definição da data-base em 1º de maio; política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário-base e incorporação das gratificações; cumprimento, por parte do governo, dos acordos e protocolos firmados, contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; retirada dos PLPs, MPs, decretos contrários aos interesses dos servidores públicos; paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas; e reajuste dos benefícios.

O Espaço do Servidor, próximo ao Bloco C, serviu de concentração no dia 15. Em seguida, os trabalhadores saíram em passeata em direção ao Bloco K, onde fica a sede do Ministério do Planejamento. A manifestação serviu para lançar oficialmente a campanha e marcar uma série de iniciativas promovidas pelas entidades sindi-



## Servidor valorizado = Serviço público de qualidade

- ▶ Definição de data-base (1º de maio)
- ▶ Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações
- ▶ Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados
- ▶ Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores
- ▶ Retirada dos PLP's, MP's, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos
- ▶ Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas
- ▶ Reajuste dos benefícios

ASSIBGE-SN, ANDES-SN, ANFFA-SINDICAL, ASFOC, ASMETRO-SN, CTB, CUT, CONDEF, CNTSS, CONFELEGIS, CSP-CONLUTAS, FASUBRA, FENALE, FENALEGIS, FENASPS, FENAJUFE, FENASTC, MOSAP, PROIFES, SINAL, SINAIT, SINBACEN, SINASEFE, SINDLEGIS, SINDIFISCO NACIONAL, SINDIRECEITA, SINAGÊNCIAS, SINASEMPU, SINPECPF e UNACON-SINDICAL

cais. A pauta de reivindicações já foi protocolada juntamente com pedido de audiências na Casa Civil e no Planejamento.

Durante a manifestação,

Cledo Viera, coordenador da Fenajufe, informou que as atividades da federação e de seus sindicatos filiados, incluindo o Sisejufe, passam a acompanhar

o calendário de mobilização do funcionalismo público do país, conforme determinação da reunião de diretoria ocorrida em Porto Alegre. "Temos a nossa

## Fenajufe participa do lançamento em Brasília. Objetivo é cobrar do governo uma política salarial permanente para o funcionalismo, entre outras reivindicações



Fotos: Joana D'Arcy/Fenajufe

luta específica, mas nos outros pontos temos que unir força com todos, porque a agenda imposta pela presidenta Dilma mais uma vez retira direito dos trabalhadores. O primeiro passo é o lançamento da campanha e a federação tem por objetivo seguir todas as atividades, não esquecendo, obviamente, a luta pelo PCS”, ressaltou Cleido.

O coordenador geral da Fenajufe Saulo Arcangeli, que dirigiu o ato unificado em frente ao Bloco K, ressaltou que é fundamental que todos os sindicatos, de todas as categorias, façam também atividades em seus estados, uma vez que o lançamento da campanha foi apenas a primeira atividade. A direção do Sisejufe também programará atos e manifestações no Rio.

Jacqueline Albuquerque, também em nome da federação, avaliou que o governo Dilma tem mantido a política de priorizar o superávit primário e de implementar ajustes fiscais. “A Fenajufe está junto nessa campanha”, garantiu Jacqueline.

### Greve unificada em abril

O dirigente da CUT Nacional e da Confederação Nacional dos Servidores Federais (Condsef), Pedro Armengol, explicou que a cobrança das entidades nacionais, com o lançamento da Campanha Salarial, é a abertura

do diálogo com o governo, que, segundo ele, está fechado. De acordo com Armengol, se até o final de março, quando ocorrerá uma marcha nacional em Brasília, o governo Dilma não tiver aberto as negociações com o fórum das entidades nacionais, a tendência da maioria das categorias é aprovar a greve para o início de abril.

“No dia 28 de março (data da marcha nacional), vamos dar o nosso recado limite. O governo fala que não tem margem para negociar, mas estabelece 47% do seu orçamento para pagar a dívida. Podendo usar até 50% da Receita Corrente Líquida para o funcionalismo, usa apenas 30%. Se até o dia da nossa marcha, ele não tiver acenado nada, a

tendência real da maioria das entidades é deflagrar a greve”, informou o dirigente sindical, sobre possível greve unificada.

### Reunião com Planejamento e Frente Parlamentar

No mesmo dia, representantes de seis entidades foram recebidos pelo secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Valter Corrêa. Uma polêmica marcou a reunião, uma vez que o próprio ministério tentou romper com o que havia acordado com as entidades, querendo receber apenas três entidades, das 32 presentes no ato. Manifestando o descontentamento com mais essa postura, os dirigentes sindicais discutiram a possibilidade de não mais

participar da reunião, caso o Planejamento mantivesse a restrição para apenas três entidades. Por o intermédio do deputado Policarpo (PT-DF), que acompanhou os dirigentes sindicais até o ministério, o secretário-executivo voltou atrás e recebeu as seis entidades que estavam escaladas para participar: CUT, CSP Conlutas, Andes-SN, Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc), Fenasps e CNTSS.

Na parte da tarde, a Fenajufe e as demais entidades nacionais participaram do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público na Câmara. A iniciativa conta com o apoio de 199 parlamentares.

\*Da Imprensa Fenajufe.



# Todos juntos na batalha contra a previdência complementar

**Governo aprova na Câmara projeto de lei 1.992 que privatiza aposentadoria do funcionalismo público. Luta agora será no Senado**

Max Leone\*

O maior desafio do funcionalismo federal, no começo deste ano, será tentar barrar a implementação do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos (Funpresp) que o governo Dilma elegeu como prioridade para 2012. Aprovado na Câmara, por 318 votos favoráveis, 134 contrários e 2 abstenções, em 28 de fevereiro, o PL 1.992/2007 cria três fundos de previdência complementar para os novos servidores, acabando, assim, com benefícios integrais e limitando os ganhos na inatividade ao teto da Previdência Social, hoje de R\$ 3.916,20. Os fundos seriam para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Cientes das dificuldades e da “correlação de forças” desfavorável, sindicalistas e dirigentes de entidades representativas dos servidores continuarão jogando peso nas mobilizações contra a aprovação da medida. Vão se contrapor a postura do Governo que reforçou a política de desvalorização do servidor público. A proposta de criação



Foto: Condsef

Josemilton Costa, secretário-geral da Condsef

do fundo agora segue para o Senado, onde a batalha contra a privatização da previdência vai continuar.

“Com aprovação dos três fundos, o Supremo Tribunal Federal terá que enviar a proposta de lei para criar o fundo dos servidores do Judiciário. Nesse sentido temos que nos mobilizar para evitar que isso aconteça. É extremamente nocivo para nós”, afirma o presidente do Sisejufe e coordenador executivo da Fenajufe, Valter Nogueira Alves.

Junto com as centrais sindicais, entre elas a CUT, entidade representativa dos servidores como o Sisejufe, a Fenajufe e a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), vão intensificar a luta pela não aprovação do PL 1.992, que é um dos eixos da Campanha Salarial Unificada lançada no dia 15 de fevereiro, em Brasília.

Para Valter Nogueira Alves, o governo manipula os números da Previdência dos servidores e esconde o real problema: o peso das aposentadorias e pensões dos militares no déficit orçamentário.

## Manipulação dos números

“O governo não externa essa questão, em relação aos militares. Dos R\$ 60 bilhões que o governo estima de déficit para 2012, R\$ 23,8 bilhões seriam relativos a aposentadorias e pensões de 285 mil militares e dependentes. Em contrapartida, 670 mil servidores civis aposentados e pensionistas representariam desembolso de R\$ 24 bilhões. Há uma desproporção enorme. Se for considerar as forças de segurança do Distrito Federal e dos ex-territórios, cuja despesas também são da União, o peso aumenta ainda mais”, argumenta Valter.

O projeto é criticado por dirigentes sindicais contrários à proposta. “Não vemos necessidade de implementar uma previdência privada para os servidores. Essa história de déficit da Previdência do Regime Jurídico Único não existe”, argumenta Josemilton Costa, secretário-geral da Condsef, contradizendo o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, que estimou que o déficit do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que atende aos servidores públicos, deve ultrapassar a barreira dos R\$ 60 bilhões em 2012.

Ainda sobre o déficit da Previdência, Josemilton Costa é taxativo e classifica de “irresponsável” a forma como o governo trata o assunto. “A Lei 8.112, de 1990, criou o Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Mas não foram transferidas as contribuições feitas pelos servidores antes dessa data. O próprio governo não repassou. Então, nós servidores tivemos que começar do zero para contribuir para nossa aposentadoria. Como pode haver déficit se sempre contribuímos mesmo antes da lei que criou o RJU?”, questiona o dirigente da Condsef.

Petição eletrônica elaborada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), assinada por cerca de 60 entidades sindicais, considera a proposta prejudicial aos novos servidores. Entre as assinantes, estão a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical.



Foto: JOANA D'AVÓ/Fotolife

## Benefício para aposentado por invalidez é aprovado

A Câmara dos Deputados aprovou, em 14 de fevereiro, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 270/2008, que garante benefícios integrais aos servidores públicos aposentados por invalidez permanente. Aprovada em dois turnos, a proposta segue agora para o Senado. O resultado foi amplamente comemorado e é um marco histórico importante que assegura o resgate de um direito retirado indevidamente dos trabalhadores quando feita a Reforma da Previdência.

Várias entidades representativas de servidores e parlamentares, incluindo a autora da PEC, a deputada Andrea Zito (PSDB-RJ), defenderam a importância da aprovação. O secretário-geral da Condsef, Josemilton Costa, lembrou que é importante continuar a luta em defesa das demais reivindicações ainda na pauta do Congresso.

“Não podemos nos esquecer de que existem outros projetos nessa Casa que ameaçam o serviço público e devemos combatê-los com unidade e apoio dos parlamentares reunidos na frente em defesa do setor público”, disse Costa, citando projetos como o PLP 549/09 que prevê o congelamento de investimentos públicos pelos próximos dez anos. (Max Leone)

## Pela proposta do governo, os novos servidores teriam um teto (o da Previdência Social) para as aposentadorias que irão receber

### Novos servidores

Se for aprovado da forma como o governo quer, o projeto fará com que os funcionários que entrarem no serviço público a partir da data de instituição do novo regime de Previdência fiquem obrigatoriamente sujeitos às novas regras. Valeria para os servidores de cargo efetivo da União e suas autarquias e fundações, membros do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União. A nova legislação não afetaria quem é servidor. A medida poderá provocar grande desestímulo para quem pretende ingressar no serviço público por meio de concursos públicos, enfraquecendo a prestação e a qualidade dos serviços.

A participação na entidade a ser criada será facultativa, e a contribuição feita em modalidade que poderá ser revista sempre que necessário. Os requisitos para aderir, pela forma de concessão, o cálculo e pagamento do benefício serão definidos no regulamento dos planos.

Pela proposta do governo, os novos servidores teriam um teto (o da Previdência Social) para as aposentadorias. Aqueles que recebem acima desse limite teriam que aderir à previdência complementar para poder ganhar mais. Para Josemilton Costa, o Funpresp não apresenta nenhum ponto positivo. Segundo ele, os riscos são grandes. “O servidor que aderir vai pagar e não sabe quanto vai receber. O projeto diz isso: ‘Eu pago agora mas não determina quanto vou receber quando me aposentar’. Não há garantias de que o servidor vai receber, ao se aposentar, o que pagou e recebia na ativa”, afirmou.

### Receituário do Banco Mundial

A contribuição para a previdência complementar, segundo o projeto, será paritária e limitada, no caso do patrocinador (governo) a 8,5%, permitindo que o participante (servidor), possa contribuir além desse percentual, porém sem con-

trapartida do patrocinador. Na avaliação do presidente do Sisejufe, o governo deixou bem claro quais são as suas intenções. “Com a política de privatizar a previdência dos servidores e os aeroportos sinaliza para o capital internacional que vai aplicar o receituário ditado pelo Banco Mundial”, diz Valter Nogueira Alves.

Segundo o secretário de Políticas de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência sócia, Jaime Mariz, o governo resolveu aceitar a reivindicação de criar três fundos separados para o Judiciário, o Legislativo e o Executivo, respeitando o princípio constitucional da repartição dos poderes. “Isso não desfigura o espírito do projeto de lei. Então, o Executivo, a partir dessa negociação, achou por bem aceitar essa reivindicação e atendê-la. Para que então se tenha a partição dos poderes da República também reproduzida nos seus respectivos fundos”, explicou.

\*Da Redação.

# Frente Parlamentar é relançada para defender funcionalismo e serviço público

Foto: Joana D'Arc/Fenajufe

Os servidores federais e os serviços públicos voltam a ter um grande aliado no Congresso Nacional. Em 15 de fevereiro, foi retomada a Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços Públicos para ajudar, na avaliação das entidades representativas do funcionalismo, na aprovação das propostas favoráveis aos servidores e na derrubada de projetos que prejudiquem as categorias. Contando com 199 deputados dos mais variados partidos, o grupo servirá também para buscar apoio nas negociações com o governo no atendimento das principais reivindicações que fazem parte da pauta da Campanha Salarial Unificada deste ano. A frente foi relançada no Plenário I da Câmara dos Deputados no mesmo dia em que a campanha foi às ruas em Brasília.

A Frente Parlamentar foi reativada por iniciativa do deputado federal Edson Santos (PT-RJ), que vai presidi-la. Os políticos que a compõem são unânimes em afirmar que esta é uma iniciativa das mais importantes para garantir a defesa de serviços pú-



Dirigentes de várias entidades e o deputado Edson Santos, presidente da frente, participaram do ato

blicos de qualidade para o Brasil que passam necessariamente por servidores qualificados e valorizados. O primeiro grande desafio do grupo será barrar a aprovação do projeto de lei 1.992/2007 que prevê a criação da previdência complementar para o serviço público.

O secretário-geral da Condsef, Josemilton Costa, lembrou que a frente terá uma luta permanente. Outros projetos como o PLP 549/09, que propõe congelamento de investimentos públicos pelos próximos

dez anos, entre outros, seguem exigindo atenção máxima dos servidores.

O coordenador da Fenajufe Cledo Vieira ressaltou a importância do lançamento da frente no mesmo dia em que servidores de várias categorias também lançaram a Campanha Salarial de 2012. Ele lembrou que os servidores lutam por direitos básicos, que estão ameaçados pelo governo Dilma.

“O nosso direito de greve, por exemplo, está cada vez

mais ameaçado. Decisões recentes do Judiciário são no sentido de punir os servidores que participam de movimento grevista, cortando o salário e impondo a compensação hora a hora. Não tenho dúvida que essa frente ajudará o conjunto do funcionalismo a lutar por suas reivindicações”, afirmou Cledo, fazendo referência às recentes decisões do CNJ, CJF e CSJT em relação à greve dos servidores do Judiciário Federal pela aprovação do novo plano de cargos e salários.

## Deputados participam da atividade no plenário

O deputado federal Roberto Policarpo (PT-DF) considerou importante a iniciativa de criação da frente. “Espero que nessa frente estejamos atentos para trabalhar ao lado do conjunto do funcionalismo público e ajudar no que for possível nas negociações da campanha salarial”, afirmou.

Ivan Valente (PSOL-SP) ressaltou a posição de seu partido contrário ao PL 1992 e a todos os demais que ameaçam os direitos dos trabalhadores. De acordo com ele, a votação da

previdência complementar foi o primeiro grande embate do ano que servidores e parlamentares terão com o governo. “Ela (a votação) representa a lógica de Estado Mínimo, que continua presente no atual governo. Temos que valorizar o servidor público e não diuturnamente desvalorizá-lo. Essa luta é o primeiro desafio dessa Frente Parlamentar”, considerou Valente.

O deputado Edson Santos, autor da iniciativa de criação da frente e um dos dez parlamentares que participaram do ato

Plenário I da Câmara, afirmou que uma das tarefas fundamentais é apoiar a implementação de plano de carreiras para todas as categorias do serviço federal e ajudar para que sejam aprovados todos os projetos em tramitação na Casa que reajustam salários dos servidores. “Enxergo essa frente com a característica de apoiar a luta dos servidores públicos, mediar nas negociações e barrar projetos que tiram direitos”, disse Santos. De acordo com o parlamentar, logo após o carnaval a

frente retomará os trabalhos em defesa dos servidores.

Depois da atividade na Câmara, representantes da Fenajufe, da Condsef e da CUT seguiram para a Casa Civil onde foram recebidas pelo secretário-executivo da Presidência, Rogério Sotilli. Lá a tônica do discurso do governo permaneceu a mesma.

Confira a lista dos 199 deputados da frente em <http://migre.me/8aT83>.

Fontes: Fenajufe, Condsef e Sisejufe.

# Projeto de servidores do Tribunal vence concurso

Tatiana Lima\*

A Agenda Ambiental, projeto da Equipe Ambiental do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio venceu a 11ª Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade no Poder Judiciária na categoria Gestão Socioambiental. O evento, organizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ocorreu em outubro do ano passado, em Brasília. O projeto foi responsável por implementar dinâmicas com objetivo de racionalizar o consumo de recursos como toners, papel e energia, dentre outras ações que resultaram em uma economia de R\$ 75 mil para o TRE. A cifra corresponde ao primeiro semestre de 2011.

“A Agenda Ambiental é desdobramento do plano estratégico para promoção da responsabilidade socioambiental no dia a dia do servidor. Não se trata apenas de um evento realizado numa determinada semana ou mês do ano, foi incorporado à rotina e trouxe economias de recursos ambientais e econômicos para o TRE”, explica a servidora Flávia Vidal, coordenadora da Equipe Ambiental.

Flávia, juntamente com as servidoras Soraya Previtali e Claudeci de Oliveira, integrantes da equipe, representaram o TRE. Para alcançar a primeira colocação, tiveram que superar os outros dois finalistas na categoria: o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral do Ceará e o Projeto do TRE-SP sobre Acessibilidade nos Locais de Votação.

Segundo Soraya, que também é assessora de planejamento da Diretoria Geral do TRE, a grande diferença do projeto está na concepção de planejamento e gestão ambiental que foi incorporada. A Agenda Ambiental possui oito objetivos dentro de



Equipe Agenda Ambiental do TRE (da esq. para dir.): Flávia, Claudeci, Thiago e Patrícia (TSE) e Soraya (TRE)

quatro perspectivas principais: racionalização de recursos, responsabilidade social, educação ambiental e orçamento.

Com o caráter de gestão, e inserido no planejamento estratégico do TRE, o projeto vai além do solicitado na Recomendação 11/07 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “A questão da gestão ambiental precisa mostrar resultados concretos. Somente assim é possível desvincular a ideia de que, quando se fala em responsabilidade socioambiental, é só verde. Não é só ser verde. É ser eficiente”, opina Claudeci.

## Funcionamento da Agenda Ambiental

A equipe destaca que o prêmio é uma conquista “de todos os servidores da Justiça Eleitoral do Rio que se integraram nas ações estabelecidas pela Agenda Ambiental”. Para elas, é o trabalho cotidiano de cada um para atingir os indicadores e metas propostas que tornou o projeto um guia para outros órgãos do Poder Judiciário.

De acordo com Claudeci de

Oliveira, diversas ações foram executadas. “Foi essencial esta visão para que o projeto não fosse considerado apenas uma ação pontual da Equipe Ambiental”, explicou. Dentre elas, o setor estabeleceu parcerias com as empresas Lexmark e Xerox, fornecedoras de toners das impressoras, para o recolhimento do material usado em todos os setores do tribunal. Isso possibilitou o descarte consciente em local apropriado. Além disso, a ação proporciona economia nas despesas do TRE, pois a cada 25 toners utilizados, a Lexmark concede um sem custo. Já a Xerox fornece um gratuito a cada 50.

Documentos dos cartórios com “guarda vencida” que eram normalmente incinerados, hoje são triturados e recolhidos na coleta seletiva pela Comlurb. A empresa se responsabiliza pelo descarte e reverte o material para catadores de materiais recicláveis associados. Essa parceria é responsável pela renda de 137 famílias.

O consumo de papel também foi reduzido. Em 2009, por

exemplo, a média de consumo mensal indicada para cada servidor era de 305 folhas. A equipe constatou que foram usadas por mês no primeiro semestre de 2011 apenas 242 folhas, média menor ainda do que a que fora estabelecida, de 275. Os copos descartáveis foram substituídos por canecas e campanhas institucionais para redução de energia mostraram a importância de se desligar o monitor do computador quando não se está no setor.

Todas essas ações resultaram em redução de R\$ 75 mil nos gastos do TRE, o que equivale, por exemplo, a 14% da rubrica do orçamento anual de capacitação do tribunal. “Essa diminuição de custo pode proporcionar a ampliação da capacitação do servidor. Afinal, o dinheiro que era jogado fora, agora, é economizado e pode ser direcionado para outras áreas”, explica Claudeci.

Mais informações em [http://www.tre-rj.gov.br/portal\\_ambiental/principal.htm](http://www.tre-rj.gov.br/portal_ambiental/principal.htm)

\*Da Redação.

# Boatos assustam servidores lotados na sede administrativa da Almirante Barroso

Max Leone\*

Apreensão, medo e desconfiança voltaram atormentar os servidores da Justiça Federal lotados, principalmente, no prédio da avenida Almirante Barroso 78, no Centro da cidade. Os boatos a respeito das condições do edifício que abriga a sede administrativa do Judiciário Federal no Rio vieram à tona após o desabamento de três prédios na avenida Treze de Maio, em 25 de janeiro, provocando a morte de pelo menos 17 pessoas. De acordo com denúncias que chegaram ao Sisejufe, manchas no teto, como as que haveriam no 13º andar, que seriam de vazamento do sistema de ar-condicionado ou infiltrações da laje, orientações para que não fossem colocadas estantes com processos todas juntas em mesmo lado das salas, mas somente próximas das colunas, e a informação de que o prédio ainda não possui o “Habite-se” da Prefeitura do Rio tiram a tranquilidade de quem trabalha nos setores.

Por conta dessas preocupações e de problemas antigos nos foros da avenida Venezuela e da Rio Branco, o diretor do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares se reuniu, no dia 15 de fevereiro, com o diretor da Subsecretaria de Infraestrutura da Justiça Federal, Ivan Cardim. No encontro, o dirigente sindical cobrou esclarecimentos sobre as denúncias e a onda de boataria que rondam escadas, andares e setores do Judiciário. O intuito do diretor do Sisejufe era o de ter uma posição oficial quanto aos problemas apresentados à direção da Justiça Federal.



Foto: Max Leone

Diretor do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares (à direita) na reunião com Ivan Cardim

## Depois do desabamento do edifício Liberdade e de outros dois prédios, na Treze de Maio, funcionários ficam apreensivos com possíveis problemas estruturais. Sisejufe cobra esclarecimentos da Subsecretaria de Infraestrutura

“Essa reunião vai servir para deixar os servidores mais tranquilos. É preciso esclarecer todos os pontos que têm deixado o funcionalismo apreensivo”, afirmou Ricardo. A reportagem de Ideias em Revista acompanhou a reunião.

Ivan Cardim reconheceu que era preciso tirar todas as dúvidas para que os funcionários pudessem ficar tranquilos. “Quanto à questão estrutural há laudos que atestam as boas condições do prédio (da Almirante Barroso). O próprio setor responsável, onde eu trabalho, está no prédio. Não faria sentido o responsável se expor ao risco. Eu seria o

primeiro a querer preservar a minha própria vida, vocês não acham?”, indagou.

O primeiro ponto abordado foi a falta de “Habite-se” do prédio da Almirante Barroso. Segundo Ivan Cardim, o assunto não é da alçada da Subsecretaria de Infraestrutura. Ele explicou que a Subsecretaria de Logística é a responsável por essa documentação. “Cabe a Infraestrutura cumprir as exigências da prefeitura, como estrutura, equipamentos contra incêndio etc. E tudo foi cumprido. Os prédios que construímos do ‘zero’ têm o ‘Habite-se’, como os de Macaé e São Pedro da Aldeia” garantiu.

### ‘Habite-se’ na Almirante Barroso

Segundo a assessoria de imprensa da Justiça Federal, “a solicitação do documento já foi feita à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. A concessão depende da verificação de uma pendência, representada pela divergência entre a metragem do edifício que consta no registro do IPTU e a que consta no registro da obra de reforma do prédio. É um problema burocrático que deve ser resolvido em breve”, explicou em nota.

Sobre a informação de que alguns setores administrativos, ao ocuparem as salas, foram

orientados a não colocarem estantes com processos em qualquer parte, somente próximo às colunas para garantir a segurança da estrutura predial, Cardim disse ser um procedimento de precaução. O diretor de Infraestrutura informou que o prédio passou por reformas e foram feitas obras de reforço estrutural. Segundo ele, a empresa de engenharia responsável deu parecer técnico em que “as obras executadas encontram-se dentro das normas técnicas vigentes”. “Após as obras foram feitos testes de carga nos andares. Foi pedido para ser instalado um caixa eletrônico de banco num dos andares, por exemplo. Para isso, haverá um acompanhamento. Para se fazer uma porta nova em determinados setores houve reforço com estruturas metálicas”, descreveu.

### Uso das tomadas

Questionado por Ricardo de Azevedo Soares, em relação ao uso das tomadas de eletricidade servidores relataram que teriam sido proibidos de utilizá-las juntamente com aparelhos como cafeteira elétrica e o micro-ondas e outros equipamentos – Ivan Cardim afirmou que “cada circuito elétrico é dimensionado com um padrão para toda a Justiça Federal”. De acordo com ele, os terminais são destinados para cada tipo de equipamento previsto pelo projeto de engenharia.

“Não há esse tipo de recomendação. As tomadas possuem capacidade em excesso. Mas quando há necessidade de instalar novo equipamento é preciso que seja informado à direção”, explica.

Devido ao aparecimento de um rato no 13º andar, o diretor de Infraestrutura informou que a empresa contratada para a dedetização do prédio da Almirante Barroso tomou as medidas necessárias para que o problema não se repita. Ele informou que foi feita a desratização em 4 de fevereiro e a empresa voltará ao local para nova vistoria.

\*Da Redação.



O estado de conservação da passarela foi tratado na reunião com o setor de infraestrutura

## Reunião trata de problemas na Venezuela e Rio Branco

O diretor do Sisejufe questionou sobre as vibrações que ocorrem nos blocos A e B da avenida Venezuela e que podem ter sido agravadas pelo grande tráfego de veículos e pelas obras de revitalização na área portuária do Rio. Segundo Ivan Cardim, uma empresa especializada constatou que a estrutura do prédio é estável, mas que foi observado que havia irregularidade no piso do asfalto na avenida. A prefeitura, conforme o diretor de Infraestrutura informou, já teria feito o reparo. “A simples regularização do solo foi um trabalho preventivo. O sistema de ar-condicionado causa também uma vibração natural. Estamos atentos às obras do porto. Vamos pedir novo laudo para avaliação ao final dos trabalhos na região”, afirmou.

O estado de conservação da passarela que liga os dois blocos foi abordado na reunião. Segundo Cardim, no ano passado nenhuma empresa

demonstrou interesse em fazer o serviço de restauro da corrosão. “Tivemos o cuidado de verificar se a passarela apresenta riscos. E constatamos que não. Se houvesse, ela seria interdita”, garante.

### Elevadores

Já sobre os elevadores, o diretor disse: “São relativamente novos. Mas a empresa que fazia a manutenção deixou de cumprir itens do contrato. Outra empresa veio e também não fez. Agora, uma terceira está trabalhando para ver se consegue resolver os problemas. Acionamos a primeira empresa judicialmente para que dê uma solução. Enquanto isso, não temos o que fazer. Por isso, de três elevadores do bloco A, apenas um está em funcionamento, por questões de segurança”, explica, ressaltando que quanto ao quadro de refrigeração dos blocos A e B, segundo o diretor, uma empresa será contratada para fazer a modernização.

Ricardo cobrou que sejam feitas obras para melhorar a acessibilidade de pessoas com deficiência. Ivan Cardim informou que serão feitas intervenções em todos os imóveis neste sentido.

Os problemas da Rio Branco não ficaram de fora das discussões. De acordo com o diretor de Infraestrutura, uma empresa foi contratada para fazer laudo do prédio, constatando “perfeitas condições na parte estrutural”. “Existem demandas para o ar-condicionado e elevadores dos anexos 1 e 2. A empresa fará projeto para novo sistema de refrigeração da Rio Branco. O serviço será feito aos poucos e fora do horário de atendimento ao público”, diz, confirmando que serão instaladas novas varas cíveis na Rio Branco. “Havia proposta de grande reforma para os anexos, mas não há recursos suficientes. As estimativas de gastos seriam de R\$ 9 milhões”, disse. (Max Leone)

# Manifestação do Sisejufe e dos servidores do TRE, por direito de resposta, atrapalha gravação de programas da BandNews

A direção do Sisejufe promoveu em 1º de março pela manhã manifestação em frente à sede da rádio BandNews, em Botafogo, para cobrar direito de resposta da emissora em relação aos comentários pejorativos feitos em 10 de fevereiro, pelo jornalista Ricardo Boechat sobre os servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio (TRE). Na ocasião, Boechat chegou a chamar, ao vivo, os funcionários do tribunal de “vagabundos” por conta da suspensão do expediente nas zonas e cartórios eleitorais em decorrência da deflagração da greve dos policiais militares e bombeiros do Rio. O ato que contou com a participação de diretores do sindicato e representantes sindicais de base chegou a atrapalhar a gravação de programas da emissora. Os manifestantes se revezavam em discursos no carro de som levado pelo Sisejufe para a porta do prédio da rádio.

“Não nos deram direito de resposta. Por isso estamos aqui na porta para fazer essa manifestação. Os servidores do TRE foram ofendidos pelo jornalista Ricardo Boechat, que em nenhum momento procurou apurar a história direito. Recebeu uma ligação de um ouvinte e foi logo fazendo juízo de valor, sem ouvir a outra versão. E olha que tentamos falar (três diretores do Sisejufe ligaram para a rádio) com a produção do programa dele que de forma antidemocrática não abriu espaço para explicarmos o que de fato ocorreu”, afirmou o diretor do Sisejufe e de Formação da CUT Rio, Roberto Ponciano.

Dois representantes da rádio desceram e foram até os manifestantes solicitar que a

aparelhagem de som tivesse o volume diminuído. Eles alegavam que os discursos estariam atrapalhando as gravações no interior do estúdio. Ponciano ressaltou que a manifestação era justamente para que a emissora revisse a sua posição de não ter concedido o direito de resposta ao sindicato.

“Se uma caixa de som tem o poder de atrapalhar o trabalho do pessoal da rádio e da TV Bandeirantes, imagina o estrago que foi feito com abrangência e a audiência que o programa do Boechat tem ao veicular notícias e informações infundadas a respeito dos servidores do TRE? Se a direção da emissora tivesse dado o direito de resposta, nós não estaríamos aqui”, declarou Flávio Pietro, também diretor do Sisejufe.

Roberto Ponciano informou que será feita uma campanha estimulando o boicote ao grupo Bandeirantes. Segundo ele, apesar do poderio da mídia, o movimento sindical também possui meios de comunicação que atraem a atenção de trabalhadores e seus familiares. “Sem contar que hoje também usamos as redes sociais. Se eles da grande mídia têm poder, nós também podemos espalhar notícias. Por isso, vamos incentivar que nossos servidores deixem de ouvir a BandNews”, acrescentou Ponciano.

Outro diretor do Sisejufe que participou da manifestação Willians Faustino e o representante sindical de base do TRE Alberto Carlos Osório distribuíram carta à população para pessoas que passavam em frente à sede da Bandeirantes. No documento, os servidores



Sisejufe marca presença na porta da emissora, em Botafogo

do TRE cobram direito de resposta à emissora e explicam o que aconteceu na realidade.

Antes do término da manifestação, uma equipe da TV Band Rio, do programa Brasil Urgente entrevistou o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano sobre o ato que acontecia na porta da emissora. A matéria deveria entrar no ar, no mesmo dia, o que não ocorreu.

## Relembra o caso

No dia 10 de fevereiro, Ricardo Boechat fez comentários pejorativos sobre servidores do

tribunal a partir da informação de um ouvinte de que os funcionários não teriam comparecido ao trabalho em virtude da greve dos agentes públicos da área de Segurança do Rio. A paralisação da Segurança Pública fora deflagrada no dia anterior e começaria no mesmo dia 10. Em nenhum momento, entretanto, a produção do programa tomou o cuidado em apurar a autenticidade da informação de que os servidores teriam se ausentado do trabalho.

O que de fato ocorreu foi que a presidenta em exercício

Fotos: Max Leone

## Roberto Ponciano: “Não nos deram direito de resposta. Por isso estamos aqui para fazer essa manifestação. Os servidores do TRE foram ofendidos pelo Ricardo Boechat”



do TRE-RJ, Letícia Sardas, por precaução, editou no dia 10 de fevereiro, o ato administrativo 43/2012, suspendendo o expediente no tribunal. Informação que o jornalista não se preocupou em apurar.

Ao tomar conhecimento das informações deturpadas veiculadas por Boechat, a direção do Sisejufe reivindicou retratação pública e direito de resposta à emissora para esclarecimentos. Imediatamente, o presidente do sindicato, Valter Nogueira Alves, ligou para a rádio, com o programa ainda no ar, a fim de explicar o que acontecera em relação ao expediente do TRE naquele dia. Mas o dirigente não teve oportunidade de expor aos ouvintes a verdade sobre a medida da presidenta, que suspendeu o expediente na sede e nos cartórios eleitorais em todo o estado, em virtude da paralisação promovida por policiais militares e civis e bombeiros.

No dia 29 de fevereiro, o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, por meio do Departamento Jurídico da entidade, entrou com requerimento administrativo para que a Rádio BandNews conceda direito de resposta ao sindicato devido aos comentários absurdos e equivocados feitos à Justiça Eleitoral e a seus servidores por Boechat,



## Flavio Pietro : “Se uma caixa de som tem o poder de atrapalhar o trabalho da rádio e da TV, imagina o estrago que foi feito com abrangência e audiência que o programa do Boechat tem ao veicular notícias infundadas a respeito dos servidores do TRE?”

que chegou a qualificar os funcionários do tribunal de “vagabundos”.

Por esse motivo, o Sisejufe quer que em até 24 horas, após o recebimento do requerimento, seja disponibilizada a íntegra da gravação do programa transmitido entre 7h e 9h do dia 10/2/2012, para que a entidade possa ter acesso ao material. E em até 72 horas, após a coleta do ma-

terial (gravação), que a rádio veicule, no mesmo horário em que ocorreram as afirmações ofensivas, uma gravação realizada por representante do Sisejufe, em defesa dos servidores da Justiça Eleitoral, comunicando o requerente do dia e horário em que ela irá ao ar. A direção da emissão ainda não respondeu ao sindicato.

Da Redação.

## Demissão polêmica

A manifestação relembrou momento obscuro da carreira de Ricardo Boechat, quando foi demitido do jornal O Globo e da rede Globo. O diretor Roberto Ponciano resgatou história em que a revista Veja, em 2001, publicou trecho de grampo telefônico em que Boechat estaria revelando ao jornalista Paulo Marinho conteúdo das matérias que seriam publicadas pelo jornal.

A demissão de Boechat teria sido motivada pela falta de ética, segundo a direção das organizações Globo. Marinho trabalhava para Nelson Tanure, principal acionista do Jornal do Brasil e aliado de empresa que disputava o controle da Telemig Celular e Tele Norte Celular em confronto com o banqueiro Daniel Dantas.

O escândalo revelava métodos que seriam empregados nas disputas pelo controle de companhias telefônicas. Jornalistas estariam sendo grampeados e notícias plantadas na grande mídia para favorecer determinados grupos.

# BBB12: polêmico e agora criminoso

Tatiana Lima\*

Há 11 anos no ar, o programa Big Brother Brasil (BBB) transmitido pela Rede Globo se tornou caso de polícia nesta 12ª edição, após exibir cenas de possível “estupro” cometido por um participante do reality show. A polêmica envolvendo os “brotheres” Monique e Daniel começou na madrugada de 15 de janeiro, após a primeira festa da casa. No quarto, os dois protagonizaram cenas quentes sob o edredom, sendo que depois de alguns minutos, Monique adormeceu. Contudo, Daniel continuou com carícias mesmo estando a modelo desacordada.

A sequência – inicialmente transmitida pelo canal 24 horas do BBB na TV paga – desencadeou grande alvoroço na opinião pública, que comentou e protestou nas redes sociais. Uma das entidades a se pronunciar foi a Central Única dos Trabalhadores (CUT) por meio da Secretária Nacional Para Mulheres. Em nota de repúdio divulgada, a entidade ressalta que o fato de Daniel ter mantido “relações sexuais com uma pessoa desacordada, sem que essa possa consentir o ato é abuso sexual”. A CUT também destaca que pela “legislação brasileira, não há distinção entre abuso sexual e estupro, portanto, as imagens que foram veiculadas são a expressão concreta de um ato de violência, caracterizado como estupro”.

A CUT também critica a Rede Globo. Para a central, a emissora tentou “desviar a atenção do fato e minimizar as repercussões do ocorrido”, pois só expulsou o participante “após muita mobilização dos movimentos sociais e pessoas indignadas”. Ainda assim, diz a CUT, utilizando o argumento de “grave comportamento

inadequado”, sem explicar qual foi a ação inapropriada de Daniel.

## Entenda o caso

Apesar da repercussão do caso já nas primeiras horas da manhã de domingo, a Rede Globo não fez qualquer menção ao fato durante a transmissão do programa à noite. O conteúdo foi editado excluindo a parte em que a modelo, mesmo desacordada, é acariciada por Daniel.

No final da exibição, o apresentador Pedro Bial comentou “O amor é lindo”. Foi o combustível que faltava para inflamar ainda mais os movimentos sociais. “A questão vai além ao problema específico com a Monique. A forma como a TV Globo nos dois dias seguintes do suposto ato de violência sexual abordou o tema foi de uma tremenda banalização. Essa foi a mensagem passada para o país”, criticou a jornalista e ativista do Intervezoes, Bia Barbosa, em entrevista ao programa Record Atualidade.

O Intervezoes e outras entidades do movimento social entraram com representação no Ministério Público Federal de São Paulo contra a Globo. “Queremos dar não só uma resposta a Rede Globo, mas também a sociedade, porque quem foi ofendido foi o conjunto da sociedade brasileira. Não basta expulsar o participante. É necessário esclarecer que isso foi crime, o que a Rede Globo não fez”, opina Bia Barbosa. As entidades defendem que o MPF investigue o papel da emissora no episódio que teria resultado em violência contra Monique, além de reivindicarem direito de resposta.

Diante da polêmica, a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, encaminhou em 16 de janeiro, ofício



**“Queremos dar não só uma resposta a Rede Globo, mas também a sociedade. Não basta expulsar o participante. É necessário esclarecer que isso foi crime”, diz Bia Barbosa**

ao Ministério Público Estadual do Rio, pedindo “providências” contra o suposto abuso sexual no programa.

Após a pressão da opinião pública e das instâncias do Estado (SPM, Polícia Civil e Ministério Público), em 17 de janeiro, ocorrência foi aberta na 32ª DP (Taquara) no Rio para investigação do caso. Com isso, a Globo foi convocada a dar explicações sobre o episódio e entregar as fitas das cenas sem edição do material.

## Marco Regulatório

O episódio polêmico do BBB12 também expôs o Ministério das Comunicações. Várias entidades cobraram posição da pasta sobre o caso e até a retirada do programa do ar. Em ofício, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, afirmou que o fato não é de responsabilidade

do ministério, porque as cenas foram transmitidas pelo sinal da TV fechada, regulamentada pela Anatel.

Para o Intervezoes, a argumentação do ministro é um subterfúgio para o ministério não se posicionar contra oligopólios midiáticos. “Houve uma edição da cena que foi transmitida no programa da TV aberta. Então, há sim uma responsabilidade do ministério, pois é quem regula os abusos das emissoras no exercício da radiodifusão”, contesta Bia Barbosa.

A posição do ministério também foi um sinal, segundo o Intervezoes, da indisposição do governo de pautar e implementação de um novo marco regulatório para o setor de Comunicações no país.

\*Da Redação.

# Oitenta anos da conquista do direito de voto feminino

**O Brasil ocupa o 142º lugar no mundo na participação feminina no Parlamento. Perde para quase todos os países, empata com o Panamá e está à frente apenas do Haiti e Belize. Também fica longe de outras nações de língua portuguesa como Angola**

Às vésperas do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, sempre lembramos do quanto as conquistas das mulheres se deram em meio a muita luta. Mas devemos destacar que não foi apenas a luta delas, em si, mas da disputa ideológica feita na sociedade e por movimentos sociais, como disse Rosa Luxemburgo: “Quando uma mulher avança, nenhum homem retrocede”. E uma das grandes conquistas das brasileiras completou 80 anos em fevereiro deste ano: o voto feminino. Instituído a partir do Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, assinado por Getúlio Vargas, o sufrágio feminino é resultado da batalha árdua de feministas do começo do Século XX, aqui e em todo o mundo.

A disputa pelos direitos políticos das mulheres começou no século XVIII. No início da Revolução Francesa, o Marquês de Condorcet – matemático, filósofo e iluminista – foi uma das primeiras vozes a defender o direito. Nos debates da Assembleia Nacional, em 1790, ele protestou contra políticos que excluía mulheres do direito

ao voto universal, dizendo: “Ou nenhum indivíduo da espécie humana tem verdadeiros direitos, ou todos têm os mesmos; e aquele que vota contra o direito do outro, seja qual for sua religião, cor ou sexo, desde logo abjurou os seus”.

As ondas revolucionárias francesas acometeram a Inglaterra e os escritores Mary Wollstonecraft, em “*A Vindication of the Rights of Woman*” (1792) e William Godwin na publicação “*An Enquiry Concerning Political Justice*” (1793) também defenderam os direitos das mulheres e a construção de uma sociedade democrática, justa, próspera e livre.

Mas a luta pelo direito de voto feminino só se transformou em movimento sufragista após os escritos de Helen Taylor e John Stuart Mill, autor de “*The Subjection of Women*” publicado em 1869. A obra mostra que a subjugação legal das mulheres é discriminação, devendo ser substituída pela igualdade total de direitos. Com base no pensamento desses escritores pioneiros, o movimento nasceu para estender o direito de voto às mulheres. Em 1893, a Nova

Zelândia se tornou o primeiro país a garantir o voto feminino, graças ao movimento liderado por Kate Sheppard. Outro marco neste processo foi a fundação, em 1897, da União Nacional pelo Sufrágio Feminino, por Millicent Fawcett, na Inglaterra. Após o fim da Primeira Guerra Mundial, as mulheres conquistaram o direito de voto no Reino Unido, em 1918, e nos Estados Unidos, em 1919.

No Brasil, uma líder fundamental foi Bertha Maria Julia Lutz. Ela conheceu os movimentos feministas da Europa e dos EUA, nas primeiras décadas do século XX e foi uma das principais responsáveis pela organização do movimento no país. Ajudou a criar, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada em 1922, no centenário da Independência do Brasil. A entidade teve papel fundamental na conquista do voto feminino e, por extensão, na luta pelos direitos políticos da mulher. Destacou-se como organização feminista com maior inserção nas esferas de poder da época. Suas militantes

escreveram na imprensa, organizaram congressos, articularam com políticos, lançaram candidaturas e representaram o Brasil no exterior.

No ranking internacional da Inter-Parliamentary Union (IPU), o Brasil ocupa o 142º lugar, perde na participação feminina no Parlamento para quase todos os países, empata com o Panamá e está à frente apenas do Haiti e Belize. O Brasil perde até para países como Iraque e Afeganistão, além de estar a grande distância de outras nações de língua portuguesa como Angola, Moçambique e Timor Leste.

As mulheres brasileiras conquistaram o direito de voto em 1932, mas não conseguiram ser representadas adequadamente no Poder Legislativo. Até 1998 eram minoria do eleitorado. A partir do ano 2000, passaram a ser maioria e, nas últimas eleições, em 2010, já superavam os homens em 5 milhões de pessoas aptas a votar.

Nas eleições de 2010, os brasileiros elegeram a primeira mulher para presidência da República, o que fez o Brasil saltar na equidade de gênero, sendo um dos 20 países do mundo que possui uma mulher na chefia do Poder Executivo. As brasileiras avançaram muito em termos sociais e não merecem esperar mais 80 anos para conseguir igualdade na participação política.

\*Com informações do artigo de José Eustáquio Diniz Alves, professor titular do mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE).

# Apolônio de Carvalho: uma cham

Tatiana Lima\*

Ao som da Internacional Comunista - “Bem unidos fazamos /Nesta luta final /Uma terra sem amos /A Internacional”, o famoso hino socialista, teve início a cerimônia de doação do arquivo do líder político Apolônio de Carvalho, ao Arquivo Nacional, em 8 de fevereiro, véspera do dia de nascimento do revolucionário. Se fosse vivo, ele completaria 100 anos este ano. Fundador do PT, símbolo da esquerda brasileira, Apolônio foi definido pelo escritor Jorge Amado como “herói de três pátrias”. A sua luta por justiça social atravessou fronteiras: combateu, na Guerra Civil da Espanha, o ditador Francisco Franco; na França, lutou contra o nazismo alemão ao lado da Resistência Francesa; e integrou a luta armada contra a ditadura militar brasileira, após romper com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

“Para a geração do meu marido existia uma coisa muito forte que era o internacionalismo proletário. Para o comunista, ser comunista no Brasil, na França ou na China era o mesmo, era a mesma fronteira e barricada independente da origem dele”, disse emocionada Renée de Carvalho, viúva de Apolônio.

O acervo doado pela família é constituído de fotografias, vídeos, dezenas de horas de gravações, depoimentos mais de 30 pastas de texto. “Foi difícil resolver entregar o arquivo porque é a vida da gente. Mas depois julguei que o acervo estará mais protegido aqui. O que fica são mais de 60 anos de vida, de luta e convivência feliz”, contou Renée.

Na homenagem, políticos, familiares, antigos companheiros de militância e amigos de Apolônio de Carvalho, prestaram



Renée de Carvalho assina doação dos documentos

Fotos: Tatiana Lima

## Documentos, registros e fotografias do símbolo da esquerda brasileira são doados ao Arquivo Nacional

homenagem à vida deste brasileiro que viveu intensamente o século 20. “Quem conheceu Apolônio sabe a delicadeza e atenção impressionante com que ele tratava todos. Era um homem com posições firmes e muito claras, mas de uma doçura absolutamente extraordinária, de uma correção na vida e coerência na trajetória que é raro encontrar”, frisou a historiadora Virgínia Fontes, amiga do casal.

Para ela, a doação feita é preciosa por constituir de forma sólida a história da trajetória da militância de esquerda brasileira e da luta pela redemocratização do país. “A vida de Apolônio atravessa a história do século 20 e não se limita ao Brasil. Passa pela Europa, Oriente Médio e América Latina. A conservação destes documentos como documento público aberto para pesquisa é de fundamental importância historiográfica e política, pois guarda a história de luta dos trabalhadores”, analisa a historiadora.

### Relevância histórica

O volume de material doado seria ainda maior se não tivesse sido destruído vários itens durante as mais de quatro décadas que esteve guardado clandestinamente, como aconteceu com os arquivos do PCB e do período da ditadura militar. Parte do acervo foi destruída com soda cáustica na banheira de casa por Renée, antes que a polícia chegasse para não entregar informações ao regime.

Maria Prestes, viúva de Luís

Carlos Prestes, que prestigiou a cerimônia, acredita que com a contribuição dos arquivos de Apolônio, os historiadores poderão montar o quebra-cabeça da história.

“Os arquivos que doei de Prestes e os de Apolônio são complementares. Se comparados, será perceptível que muitos fatos convergem. Pesquisadores poderão compor a realidade do passado do que foi o Partido Comunista Brasileiro e da história do país”, explicou a viúva, companheira de Prestes por 40 anos.

### Disciplinado, doce e resistente

Antigos companheiros de militância de Apolônio, dentre eles, a historiadora Marly Viana, o filho e companheiro de ativismo René de Carvalho, o jornalista e escritor Álvaro Caldas, o dentista e ex-militante da ALN Carlos Fayal, prestaram homenagem a Apolônio, durante a cerimônia, com depoimentos emocionantes.

“Ele sofreu três dias de massacre com torturas ininterruptas, nas quais aplicaram nele até injeção de pentotal de sódio, o soro da verdade”, contou o jornalista Álvaro Caldas, companheiro de cela no Doi-Codi. Para ele, o que salvou o líder



# a de justiça social sem fronteiras

político foi o seu autocontrole. “Apolônio me disse que trincava os dentes quando estava sendo eletrocutado na tortura para não emitir som ou sinal de dor. Quem passou por tortura sabe como é difícil. Eu gritava de dor, mas Apolônio não se deixou sobrepular pelos seus algozes”, relatou o jornalista, que propôs que o antigo prédio do Doi-Codi, no Rio, se transforme em Centro de Memória.

Marly Vianna descreveu Apolônio com doçura. E ressaltou o exemplo na luta feminista. “Em reuniões do partido com intelectuais, políticos e artistas, percebia que aqueles homens não olhavam nos olhos, nos rostos das mulheres que serviam café. Isso era muito chocante. Poucos não tinham esse comportamento e Apolônio era um deles”, disse. E completou: “Ele ajudava servir o café e ia até a cozinha para conversar com as mulheres. Diziam ao meu pai que isso era a



revolução das pequenas causas de Apolônio, pois ele sabia que sem gesto de transformação, de nada vai adiantar grandes debates teóricos”.

René de Carvalho, filho e companheiro de luta, deu depoimento emocionado. “Não foram poucos os momentos de ausência forçada. Na esfera pública, a frase que mais se ouviu é que o partido vem em primeiro lugar. Ora, no momento de apreensão política isso é compreensivo, o que é uma contradição, é que ele seja sempre, pois impede o militante de ter vida social como de ter direito a felicidade. Falo na

condição de quem passou a infância como filho de um exilado do PCB”, disse.

Neto de Apolônio, o jornalista Álvaro Neiva ressalta o otimismo do avô. “Ele sempre acreditava, por exemplo, e mantinha sua posição em defesa do PT. Acreditava em dias melhores e no socialismo antes de tudo. Vivendo tentando me convencer a me filiar ao PT, mas ouvia cuidadosamente opiniões divergentes respeitando o outro”, contou.

## “Herói de três pátrias”

Comunista e militar, Apolônio de Carvalho nasceu em Mato Grosso do Sul, em 1912. Ainda nos anos 30, aderiu à Aliança Libertadora Nacional (ALN) e foi preso pelo governo Vargas. Expulso do exército, foi solto em junho de 1937, quando vai para o PCB. Em seguida, embarca para Espanha, onde combate o franquismo na Guerra Civil espanhola. De lá, foi para a França na condição de prisioneiro.

Com grande parte do território francês ocupado pelos nazistas, ele foge e passa a trabalhar no consulado brasileiro em Marselha. Se alista na Resistência Francesa, onde conhece a tenente Renée em 1942, e que se tornaria sua companheira para o resto da vida. Em 1946, retorna ao Brasil e se incorpora ao PCB legal. Em 1953, vai para União Soviética e só retorna em 1957, vivendo na ilegalidade.

Nos anos 1960, rompe com PCB e junto com Carlos Marighella forma a Corrente Revolucionária, posteriormente, a Ação Libertadora Nacional



René, Renée e Maria Prestes: contribuições para a história

(ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Combate o regime militar e é preso em 1969. Seus filhos Raul e René também são presos. Deixa o Brasil em 1970, no grupo de 39 presos políticos

trocados pelo embaixador alemão. Retorna em 1979, após a anistia e nos anos 1980, participa da fundação do PT. Em 2005, morre aos 93 anos.

\*Da Redação.

## Uma vida de lutas

Renée France de Carvalho, de 86 anos, não foi apenas companheira de Apolônio. Ela também foi tenente da Resistência Francesa contra a ocupação nazista atuando como agente de ligação. Essa e outras histórias da militância política foram relatadas no livro “Um olhar sobre quase um século de história”, no qual Renée mostra, do ponto de vista feminino, os difíceis anos na clandestinidade e no exílio nos tempos do golpe militar de 64. Ela chegou a ter o marido e os filhos René e Raul presos simultaneamente.

Na fase mais aguda do regime, tinha de correr quatro quartéis no mesmo dia, para visitar Apolônio, os dois filhos, René-Louis e Raul, e uma nora, Isabel, todos pre-

sos. Filha de comunistas franceses, Renée, aos 14 anos, já distribuía panfletos da Frente Popular – movimento que unia socialistas e comunistas – em Marselha.

Na Resistência Francesa ao nazismo, grávida do primeiro filho, levava escondidas dinamite e submetralhadoras em estribos de trem. No Brasil, ajudou o marido a cuidar na clandestinidade dos aparelhos do PCB. Foram 68 anos de história com Apolônio. “Para nós, só com o partido comunista conseguiríamos libertar a humanidade. O sonho continua, apesar da falta de fé hoje das pessoas numa utopia. A utopia nos ajuda a viver, a lutar e ter coragem. É assim que vejo o mundo”, revela. (Tatiana Lima)

# Pinheirinho: Justiça pra quem?



Maria Josefa tinha uma casa com dois cômodos, agora não tem para onde ir: “Vou para debaixo de uma árvore com os meus filhos”

Texto Vinícius Souza\*  
Fotos Maria Eugênia Sá

“Eles viram minha filha olhando pela porta e entraram gritando: ‘você sai agora com a sua mãe senão eu atiro em você aqui mesmo’ e eu gritei que eu não era nada, mas que se ele matasse a minha filha eu matava ele. Mesmo assim ele deu muitos chutes nas pernas dela que ficaram cheias de manchas roxas. Não havia um conselheiro tutelar, um assistente social, nada. Só polícia batendo e os helicópteros jogando bombas”, conta Maria Josefa da Silva sobre a desocupação da área do Pinheirinho, em 22 de janeiro de 2012. Ela era uma das primeiras moradoras da ocupação na zona sul de São José dos Campos, a cerca de 100 quilômetros de São Paulo.

## Conflitos de competência, disputas políticas, interesses financeiros e violência policial em reintegração de terras, em São José dos Campos, marcam a mais grave violação em massa de direitos humanos no Brasil desde o massacre de Eldorado dos Carajás

Josefa tinha uma casa com dois cômodos onde sustentava os três filhos, um dos quais com problemas de coração, trabalhando com reciclagem de materiais. “Se alguém que tenha coração de pai, de mãe, que nos dê uma ajuda, uma casa, um lugar qualquer. Senão eu vou pra baixo de uma árvore com meus filhos”, afirma.

Histórias tristes como essa existem literalmente às milhares. Para colhê-las, basta visitar o Centro Comunitário do Morum-

bi, último dos abrigos improvisados para onde foram levados os ex-moradores e local em que ainda estão centenas vivendo em condições sub-humanas. Os demais foram fechados um a um, com os desabrigados novamente expulsos de madrugada, numa clara estratégia de desmobilização e enfraquecimento do grupo pela prefeitura.

Pouquíssimos receberam o “auxílio-aluguel” de R\$ 500, insuficiente para alugar um quarto-sala na cidade. Assim,

o tormento dessa população apenas começou com a chamada “reintegração de posse”, que tirou de suas casas em poucas horas, a partir das 5h30 da manhã de um domingo, entre 1.600 e 2 mil famílias, somando umas 10 mil pessoas. Foram usados cerca de 2 mil policiais militares – PMS e Guardas Civis Metropolitanos (GCM) – e dois helicópteros. Nos primeiros dias da operação, o Poder Público teria gasto cerca de R\$ 10 milhões em deslocamento de tropas, alimentação e

**A maioria dos moradores tinha menos de 18 anos (57,7%), 415 estavam inscritos em programas sociais e 1.490 crianças e adolescentes frequentavam a escola. Havia, ainda centenas de idosos e deficientes físicos**



aluguel de equipamentos para a demolição das casas antes que as famílias pudessem retirar seus pertences.

A área de 1 milhão de m<sup>2</sup>, que pode ter sido grilada já que toda a família dos proprietários originais foi morta numa chacina em 1969, pertence à massa falida da empresa Selecta, do especulador Naji Nahas, preso por falência fraudulenta em 1989 e em 2008 na Operação Satiagraha, junto com o banqueiro Daniel Dantas e o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta. A massa falida, contudo, já não tem dívidas trabalhistas e nem com credores privados, de modo que a eventual venda da área desocupada deve ser revertida a Nahas, que no último mês conseguiu desconto milionário na dívida de IPTU.

O terreno nunca teve construções, tendo sido usado apenas como garantia para dois empréstimos suspeitos ainda nos anos 1980, dentro do esquema que levaria à quebra da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. A partir de 2004 passou a ser ocupado por movimentos de trabalhadores sem-teto. Segundo levantamento da prefeitura de dezembro de 2010 “para desenvolver o projeto de urbanização pelo Governo do Estado de São Paulo/CDHU e financiamento pelo Governo Federal/Ministério das Cidades,

em parceria com a entidade criada pela ocupação” havia 81 pontos comerciais, seis igrejas e um galpão comunitário.

A maioria dos moradores tinha menos de 18 anos (57,7%), 415 estavam inscritos em programas sociais e 1.490 crianças e adolescentes frequentavam a escola. Havia, ainda centenas de idosos e deficientes físicos.

### **Relatos escabrosos**

Dezenas de casos escabrosos de violações dos direitos humanos na reintegração de posse foram relatados nas audiências públicas realizadas na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa e no Senado Federal, por mais que o senador Aluysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) continue afirmando que não houve violência alguma e tudo não passe de uma armação política de partidos que querem se aproveitar eleitoralmente da “miséria alheia”.

Além das denúncias ainda não comprovadas de mortes e ocultação de cadáveres, há pelo menos um ferido à bala, David Furtado, atingido por um tiro de revólver disparado por um GCM. Outro ferido grave é o aposentado Ivo Teles dos Santos, de 69 anos, que segue internado depois de ter sido espancado por três PMs e sofrido um derrame. Já Antônio Dutra Santana teria morrido atropel-

lado por um carro atingido por uma bomba de feito moral. Isso sem falar na denúncia do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) do estupro de duas jovens e um rapaz por uma equipe da ROTA, polícia “de elite” paulista, que dava apoio à desocupação no bairro vizinho do Campo dos Alemães.

Para o defensor público de São José dos Campos, Jairo Salvador, que trabalha na assessoria jurídica dos ex-moradores desde 2007, toda a ação no Pinheirinho não é somente imoral, mas ilegal. Segundo ele, o pedido original de reintegração de posse interposto pela Selecta na 6ª Vara Cível de São José dos Campos foi indeferido em 2005. Anos depois, um juiz da 18ª Vara teria acatado a liminar, mas o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) derrubou sua decisão, julgando-o incompetente para o caso, e devolveu o caso à 6ª Vara.

“Existem dois recursos pendentes que o TJ-SP senta em cima e não julga, justamente para não sair do seu âmbito de decisão e inaugurar outra instância, que é o Superior Tribunal de Justiça (STJ), e eles perderem o controle da situação”, diz Salvador. “Quem demorou esse tempo todo na Justiça, porque não se conformou com o encaminhamento da liminar, foi a massa falida. O recursos que os ocupantes pediram, julgados



**Jairo Salvador, defensor público de São José dos Campos**

pelo STJ, nós ganhamos todos”.

Mesmo assim, em 2011, a juíza da 6ª Vara, Márcia Loureiro, resolveu retomar a reintegração aceita pela 18ª Vara. Quando alertada sobre a decisão do TJ-SP, reformulou sua sentença dizendo ter se expressado mal e que na verdade estaria “reestruturando” a decisão de 2005. Sua alegação é de que a prefeitura nunca havia sinalizado com a possibilidade de urbanização da área “tanto que havia, uma ação demolitória desses imóveis junto à Fazenda Pública”, afirmou em entrevista ao jornal O Vale.

Pela sua visão, o governo federal apenas “assinava com



**“O povo é solidário, um dá um fogão, outro dá outra coisa, e a gente trabalha pra comprar o que faltar”.**

intenções por meio de pessoas de terceiro e quarto escalões” mas não haveria dinheiro para a desapropriação. “Chega uma hora em que se não há uma solução, negociação ou acordo entre as partes cabe ao juiz decidir”. Com isso, foi expedida a ordem de reintegração na qual, em suas palavras, a PM “com muita competência desempenhou um serviço admirável que é motivo de orgulho”.

Em nenhum momento a juíza levou em consideração o princípio básico da função social da propriedade urbana, definido nos Artigos 5º, 170 e 182 da Constituição. Ela desconheceu o despacho do juiz Silvio Pinheiro, da 1ª Vara da Fazenda Pública, proibindo a demolição das casas. Ela também ignorou o estudo da própria prefeitura encaminhado pela secretária de Governo do município, Claude Mary de Moura, ao assessor da presidência da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado (CDHU), Antonio Lajarin. Ela menosprezou, ainda, a importante presença na cidade para cuidar dessa questão de deputados, senadores e representantes do governo federal, como o secretário nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Paulo Maldos.

Pior, foi a atuação do TJ-SP, na



Foto: reprodução internet

**Manifestação:** na Alemanha, também “Todos são Pinheirinho”

figura de seu presidente, Ivan Ricardo Sartori, que passou por cima de um acordo formal feito em 18 de janeiro entre o juiz Luiz Beethoven Ferreira, da 18ª Vara Cível de São Paulo, o advogado da Selecta, Waldir Helu, o síndico da massa falida, Jorge Uwada, o senador Suplicy, o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) e os deputados estaduais Adriano Diogo (PT) e Carlos Giannazi (PSOL) para adiamento da reintegração por 15 dias. Mais tarde, o juiz Ferreira disse que tinha voltado atrás no acordo, mas essa decisão só seria publicada no dia 26 de janeiro, quatro dias depois da desocupação. Até hoje ele não justificou esse fato.

Como havia ainda liminar da juíza federal Roberta Chiari, (confirmada depois pelo desembargador Antônio Cedenho, do TRF da 3ª Região,

reconhecendo o interesse da União), determinando que a PM e a GCM não participassem da desocupação, Sartori enviou o juiz Rodrigo Capez, para coordenar pessoalmente a reintegração de posse junto ao comando da PM podendo, inclusive, repelir forças federais. O trecho do despacho beira à instigação de um confronto armado: “Nesse contexto, e para preservar a autoridade da decisão do Tribunal de Justiça, instruo V. Exa. a prosseguir na execução do decisório estadual, por conta e responsabilidade desta Presidência. Autorizo, para tanto, requisição ao Comando da Polícia Militar do Estado, para o imediato cumprimento da ordem da 6ª Vara Cível de São José dos Campos, repelindo-se qualquer óbice que venha a surgir no curso da

execução, inclusive a oposição de corporação policial federal.”

### **‘Manda sua presidenta falar comigo’**

De posse dessa ordem, o aparato repressivo da PM e GCM de fato repeliu à bala, mesmo que de borracha, toda e qualquer tentativa de interferência. O secretário nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Paulo Maldos, contou na audiência pública de São José dos Campos que tentou argumentar com o comando. “Me dirigi até o grupo de soldados. Quando cheguei até uns oito metros fui advertido que parasse e vi armas em minha direção. Dei a volta e fiquei a uns vinte metros de distância [...] de repente sem mais nem menos, eu senti um ferimento. Eu recebi uma bala de borracha na perna esquerda. [...] Por volta de 11h00, tentei novamente acessar o comando da operação. [...] Apresentei meu cartão da Presidência da República, com brasão da Secretaria Nacional. Ele leu e falou que eu não entrava. Ele disse: você volta e manda sua presidenta falar comigo”.

A experiência do defensor público não é muito diferente, como disse Jairo Salvador na audiência da Alesp: “Às 6h15 da

manhã eu cheguei ao local, me dirigi ao comandante da operação e fui recebido à bala de borracha. Consegui não ser atingido, [...] me dirigi ao major Paulo para entregar a ele a ordem da Justiça Federal e ele rindo, quase em transe, me disse ‘o senhor não é oficial de justiça, eu não vou receber a ordem’. Eu pedi para falar com o coronel Messias e ele disse ‘o coronel tá no helicóptero, se você conseguir subir pode entregar a ele’ [...]. Às 9h00, com a operação já em andamento, o juiz determinou que fosse suspensa, expediu o mandato e entregou ao oficial de justiça. Fomos direto ao local da operação procurar o comandante, o coronel Messias, mas fomos recebidos à bala novamente, mesmo nos identificando com as nossas credenciais e a oficial de justiça com a carteira. Conseguimos furar o cerco, fomos aonde estava o coronel e lá eu presenciei uma cena que jamais imaginei ver na minha vida”.

### Não existe lei nesse país

“Primeiro que o mandato entregue por um oficial de justiça foi pego por um juiz, pelo juiz assessor da presidência (Rodrigo Capez). Im-

ediatamente eu intervi e falei ‘esse mandato se dirige ao comandante da operação’ [...]. A oficial pegou e entregou na mão dele. O coronel Messias, visivelmente abalado, tremendo, recebeu ordens do juiz [...]: ‘escreva aí, comandante, que o senhor não vai cumprir a ordem’. E assim ele fez. Ele se submeteu a uma ordem de um juiz que não tem nada a ver com o processo. Desvirtuou todas as normas que eu conheço desde que comecei no Direito, como o princípio do juiz natural. Isso é vergonhoso. Eu me envergonho da justiça que eu tenho nesse país [...]. Existe uma ordem de um desembargador federal que está valendo, não foi cassada, não foi nem objeto de recurso. [...] Não existe lei em São Paulo. Não existe lei nesse país. Cada um faz o que quer, é só ter força para cumprir o que quer. [...] O mais importante não é só a indignação, não é só a solidariedade. É que isso não fique impune. Que esses atos tenham consequência, doa a quem doer”, pede Salvador.

\*Jornalista.



Moradora protesta contra a juíza Márcia Loureiro

## Denúncias são encaminhadas ao Conselho de Direitos Humanos da OEA

Logo nos dias seguintes à desocupação, várias ONGs reuniram dados, documentos e depoimentos num amplo relatório sobre violações dos direitos humanos enviado para o Conselho de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). No dia 1º de março, conforme havia prometido na audiência no Senado à qual faltaram todos os convidados do executivo e judiciário paulistas envolvidos no caso, o senador Suplicy entregou as denúncias que recolheu ao Conselho Nacional de Justiça, para que o órgão analise e julgue as ações do TJ-SP.

Já o procurador Márcio Sotelo Felipe, que foi procurador geral do Estado no governo

Mário Covas, afirma que o caso “é crime contra a humanidade, tipificado no Estatuto de Roma e pode levar os responsáveis, incluindo o governador Geraldo Alckmin, o presidente do TJ-SP, Ivan Sartori, o prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury, e Naji Nahas a terem mandado de prisão expedido pelo Tribunal Penal Internacional”. Nada disso, no entanto, basta ou é rápido o suficiente para atender aos desabrigados.

“O que queremos é uma solução, um terreno, porque aqui tem pedreiro, eletricitista, encanador, e a gente pode reconstruir tudo de novo. O povo é solidário, um dá um fogão, outro dá outra coisa, e a gente trabalha pra comprar o que

faltar. Só precisa saber que dali a gente não sai mais”, diz José Adilson Soares Silva, que vivia há seis anos no Pinheirinho. “Eu vou te dizer uma coisa, eu como nordestino, cearense, gosto muito do Lula. Se fosse ele, isso não tinha acontecido. Queria que Dilma tivesse ao menos dado uma declaração, falado alguma coisa”.

Na verdade ela falou, chamou de “barbárie”. Mas foi numa reunião fechada com fundadores do Fórum Social Mundial em Porto Alegre. No mesmo evento, a ministra da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, desconversou quando perguntada diretamente e afirmou que o Governo tinha que respeitar o “Pacto Federativo” e

não poderia contrariar decisões jurídicas.

Na audiência do Senado, a secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, se comprometeu a buscar uma solução definitiva, mas deixou nas entrelinhas que ainda depende que o prefeito Cury, do PSDB assim como Geraldo Alckmin, mude a lei de zoneamento da área, de industrial para residencial, para que o Governo possa desapropriar o terreno. Um detalhe jurídico não tão pequeno em ano eleitoral em que PT, PSDB, PSTU e PSOL irão disputar a administração de São José dos Campos e outras cidades usando Pinheirinho como munição nas campanhas. (Vinícius Souza)

# Pinheirinho: “Quem bate esquece, quem apanha lembra”

Texto e fotos  
Carlos Latuff\*

Este texto é um desabafo. Não pretendo que seja análise aprofundada. Outros artigos foram escritos com esse propósito. Expresso aqui a revolta que contamina meu coração desde quando acordei com a notícia de que os milhares de moradores do Pinheirinho, em São José dos Campos, foram desalojados.

Estive lá na semana anterior, numa visita de solidariedade àquelas pessoas que estavam na iminência do despejo de um terreno que ocupam desde 2004. A juíza Márcia Faria Mathey Loureiro, da 6ª Vara Cível de São José dos Campos, assinou a reintegração de posse (pomposo termo jurídico para despejo) em favor do senhor Naji Robert Nahas, notório especulador cujo nome aparece nas manchetes de jornal associado a crimes como lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e evasão de divisas.

Foram muitos os esforços para tentar deter o despejo, de advogados que se voluntariaram a ajudar, sindicalistas, militantes de esquerda, movimento dos sem-teto, dos sem-terra, parlamentares, artistas como o rapper Emicida. Formou-se verdadeira rede de apoio, como há muito eu não via. Fiz questão de visitar o Pinheirinho porque queria fazer mais por aqueles moradores do que simplesmente desenhar charges. Fiz questão de registrar imagens da ocupação, sempre mostrada pela imprensa como acampamento de rebeldes, que armados de paus e pedras, se recusavam a acatar pacificamente ordem judicial.

O que encontrei não foi surpresa. Visitei ocupações urba-

nas e rurais por algumas vezes. Os moradores do Pinheirinho me lembravam camponeses que conheci em Rondônia e no Paraguai. Aqueles olhares, sorrisos de boas vindas e pés descalços, gente humilde, de poucos recursos mas de muita coragem, que precisa de terra para viver, e não para especular. No Pinheirinho conheci uma família que saiu do interior da Bahia, onde sobreviviam do que conseguiam achar num lixão, e que construíram a vida nova a custa de muito trabalho. O pai catando materiais recicláveis, a mãe vendendo secos e molhados em casa e a filha fazendo fraldas descartáveis. Tenho até hoje o papelzinho com o preço das fraldas.

Conheci seu Jaime, paranaense que veio com a família, e que me mostrou orgulhoso a horta que cuidou com tanto carinho, incluindo os pés de café que trouxe do Paraná. Visitei a Pamela e sua filhinha de 30 dias, e vi seu quintal, todo decorado pelo companheiro com brinquedos coloridos.

Vi crianças jogando bola, brincando no chão de terra enlameado depois da chuva, vi a jovem mãe levando seu filho no carrinho, tentando desviar de poças de lama. Com um celular ia compartilhando estas imagens com os internautas. Queria que todos vissem de que se tratava de gente, de carne, osso e alma, e não apenas figuras sem nome no noticiário da TV. Por esse exercício de humanidade não passam os que usam suas canetas de ouro para assinar ordens de despejo, nem tão pouco os policiais que as cumprem.

É comum a gente imaginar que por trás dessas decisões



Pâmela e a filha de apenas 30 dias viviam no Pinheirinho

judiciais estejam figuras engratadas que têm prazer em desalojar famílias pobres, que acham graça, riem, fazem piada, como vilões de filmes ou histórias em quadrinhos. Cheguei a conclusão de que não é bem assim. O despejo dos 9 mil residentes foi ação burocrática, desprovida de sentimento. Fora os policiais militares, esses sim, que têm prazer em seu ofício brutal, burocratas sequer têm contato com as vidas que destroem. As famílias do Pinheirinho são apenas obstáculos a serem removidos.

Quando faço charges associando tais ações ao nazismo é porque identifico nelas a mesma ausência de humanidade. Penso em Adolf Eichmann e a tranquilidade com que descrevia o processo pelo qual deportou milhares para campos de concentração nazista. Aquilo era para ele tão somente um ato administrativo. Nem a juíza Márcia Faria, nem Naji Nahas, nem o prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury, ou o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, se dispuseram a visitar a

ocupação, por considerá-la estorvo, obstáculo ao império da ordem e da indústria imobiliária.

Milhares de almas jogadas na rua, sem qualquer remorso ou compaixão, em favor de alguém que, diferentemente dos moradores do Pinheirinho, não precisa trabalhar para viver, sustenta-se por meio da falcatrua, da corrupção, das amizades influentes. Os moradores ficaram sem lar, mas os que os despejaram, voltaram para o conforto de suas casas.

Quem vai se lembrar daquela gente quando for construído um mega shopping center? Quem sabe o novo empreendimento seja batizado como “Pinheirinho Mall” ou talvez a palavra Pinheirinho nem seja mais usada pela administração municipal, na tentativa de apagar de vez a memória do que antes foi uma ocupação. Mas como diz o ditado popular, “quem bate esquece, quem apanha lembra”.

\*Chargista e colaborador de Ideias em Revista.

# Falta de democracia provoca embate entre CNJ e juízes

## Presidente de associação atribui à estrutura verticalizada do Poder a ocorrência de conflitos

O Poder Judiciário do país tem sido o centro das atenções nos últimos meses. Os holofotes da mídia se voltaram para juízes e tribunais devido ao embate protagonizado entre a corregedora Eliana Calmon, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e magistrados contrariados, e o próprio presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, com as medidas adotadas pela corregedora no intuito de fiscalizar o Poder. Para especialistas, entre eles o presidente da Associação Juízes para a Democracia (AJD), juiz José Henrique Rodrigues Torres, boa parte dos recentes confrontos entre o conselho e as várias instâncias do Judiciário tem a ver com a ausência de democracia no Judiciário brasileiro.

Em entrevista à revista Caros Amigos de fevereiro, José Torres afirma que a raiz dos problemas do Judiciário, trazidos à tona com o recente embate entre juízes e tribunais, Eliana Calmon está em sua própria estrutura, que é “verticalizada, hierarquizada, centralizadora e pouco democrática”. O presidente da AJD é grande defensor do controle externo do Judiciário.

“Os juízes foram transformados em alvo, mas o verdadeiro alvo deveria ser a estrutura do Judiciário e do próprio CNJ. É importante que os juízes sejam controlados, especialmente no que diz respeito à atividade administrativa que desenvolvem.



Corregedora Eliana Calmon

Isso é inegável em um Estado de Direito Democrático. Mas, muito mais importante é o controle da própria estrutura do Judiciário”, sustenta na entrevista.

Toda polêmica começou quando, em setembro de 2011, Eliana Calmon afirmou que na magistratura brasileira havia “bandidos de toga”, quando ela investigava o aumento ilegal de patrimônios de membros do Poder Judiciário. As declarações desagradaram profundamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, que defende restrições à atuação da corregedoria. Após uma inicial reação negativa, que incluiu uma nota de repúdio dos conselheiros do CNJ, a corregedora recebeu apoio de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que lançou um abaixo-assinado para

“proteger o CNJ das tentativas de esvaziamento”.

Em dezembro, a corregedora do CNJ foi acusada de ter tido acesso a dados sigilosos sem autorização judicial. Duas liminares, uma delas do STF, prejudicaram e suspenderam as investigações que o CNJ fazia sobre a remuneração dos juízes. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) entrou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 4.638 no STF, questionando os limites de atuação do CNJ.

No dia 19 de dezembro, às vésperas do recesso do Supremo, o ministro Marco Aurélio Mello concedeu liminar que limita a atuação do CNJ. O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, afirmou que iria recorrer ainda em dezembro da decisão. Mas o presidente do STF afirmou que só julgaria o assunto em fevereiro de 2012.

Para o presidente da AJD, José Henrique Torres, certa parcela da mídia tem colaborado para o desvio das discussões do ponto principal da questão. “Há uma preocupação muito grande, e quase exclusiva, com as trocas de ofensas pessoais e com fatos secundários, com pagamento, salários e alegados privilégios. Tudo isso é, na verdade, consequência da estrutura verticalizada do Judiciário e pouco democrática”, enfatiza na entrevista.

O juiz defende o estabelecimento de eleições para as cúpulas dos tribunais, em que deveriam participar juízes e funcionários. Na avaliação do presidente da ADJ esse seria o primeiro passo para a democratização do Poder Judiciário. A elaboração de uma nova Lei

Fotos: Internet



Ministro Cezar Peluso

Orgânica da Magistratura também iria contribuir.

O magistrado encerra a entrevista afirmando que espera que o STF garanta ao CNJ a sua competência constitucional originária no âmbito correicional e disciplinar exatamente nos termos da Constituição Federal. Assim, manteria a integridade e a legitimidade do Poder Judiciário e a independência e a respeitabilidade de seus juízes e juízas, garantias imprescindíveis para a viabilidade de nosso Estado Social e Democrático de Direito.

“A sociedade deve perceber que o CNJ não deve se transformar em mero ‘canal punitivo’ ou em um órgão ‘policialesco’ e ‘arbitrário’. Atualmente, a estrutura do Judiciário propicia ambiente favorável à impunidade e às práticas administrativas e jurisdicionais fundadas em relações pessoais ou clássicas e em interesses pessoais”, adverte.

Da Redação.

# A memória: enfrentamento para preservar nossa identidade

Roberto Ponciano\*

Eu costumava guardar com uma adaga frase do sambista Marquinhos de Oswaldo Cruz: “Cultura é aquilo que a gente escolhe para ficar na memória”. Numa entrevista ao jornal *Contraponto*, do Sisejufe, ele disse que Dona Ivone Lara havia mostrado que antigamente chorinho era para dançar. Os músicos iam pelas casas do subúrbio tocando e faziam bailes com a cadência do chorinho. Esta é uma das coisas que estão extintas, perdidas para sempre, entre outras que nossa cultura plastificada condenou à extinção.

A música brasileira é, sem dúvida nenhuma, uma das mais ricas, senão a mais rica do mundo. Nenhum outro povo tem tanta variedade tão marcantes, delineadas e distintas entre si. Que país pode ter samba, congo, marchinha, samba-canção, samba-de-roda, frevo, xote, maxixe, samba-de-breque, bossa-nova, baião, fora série de músicos geniais.

Invejo os estadunidenses quando vejo a adoração que os negros do jazz e do blues conseguiram. Monsueto, Candeia, Herivelton Martins, Cartola, Zé Kéti, Néelson Sargento, Ismael Silva, Ataulfo Alves e outros crioulos e branquelos do nosso samba são tão bons quanto os bambas do jazz. Quantos jovens até os 30 anos de idade já ouviram falar de Candeia?

É um tesouro cultural perdido por cair no esquecimento. É mais fácil seguir o liquidificador cultural da globalização. É difícil para quem escutou Candeia e Wilson Batista conseguir ver graça numa “música” do Mar-

celo D2. Não cola a desculpa de que a música que ele faz é ruim porque é pobre ou não teve acesso à educação musical. Cartola era gênio, seus poemas “As Rosas Não Falam” e “O Mundo É um Moinho” são comparáveis a textos de Drummond e Bandeira. Suas músicas são tão boas quantos as dos maestros Francis Hime e Tom Jobim. E ele era pobre, semi-alfabetizado. Foi faxineiro, porteiro, lavador de carros, mas nada conseguiu calar seu talento.

Primeiro a ditadura militar começou o processo de emburrecimento do país. A perseguição aos melhores expoentes levou a que eles fossem substituídos por artistas “neutros”. É sertanejo vestido de caubói norte-americano, cantando música que nem corno aguenta, é forró universitário que parece ser feito por analfabetos (o forró pé de serra, todavia, era e é genial), é samba mela-cueca, com letra e melodia iguais.

Esta ditadura atual, a ditadura burra da imagem única é bem pior. Ela diz o que devemos manter na memória e o que devemos esquecer. Não há mais avaliação de qualidade. O conceito único é o de velho e novo. Novo é o que eles nos disserem que é novo. O grupo “É o Tchan” pode nos ficar irritando durante anos seguidos. Mas, cada relançamento das louras e das morenas da “bunda music” era festejado como “grande novidade”. Enquanto isto, quantidade de partideiros – que mantêm

a tradição da música que veio da África e ganhou corpo em guetos, subúrbios, morros, quintais – foram relegados ao ostracismo ou pasteurizados até ficarem irreconhecíveis e aceitáveis para a Globo.

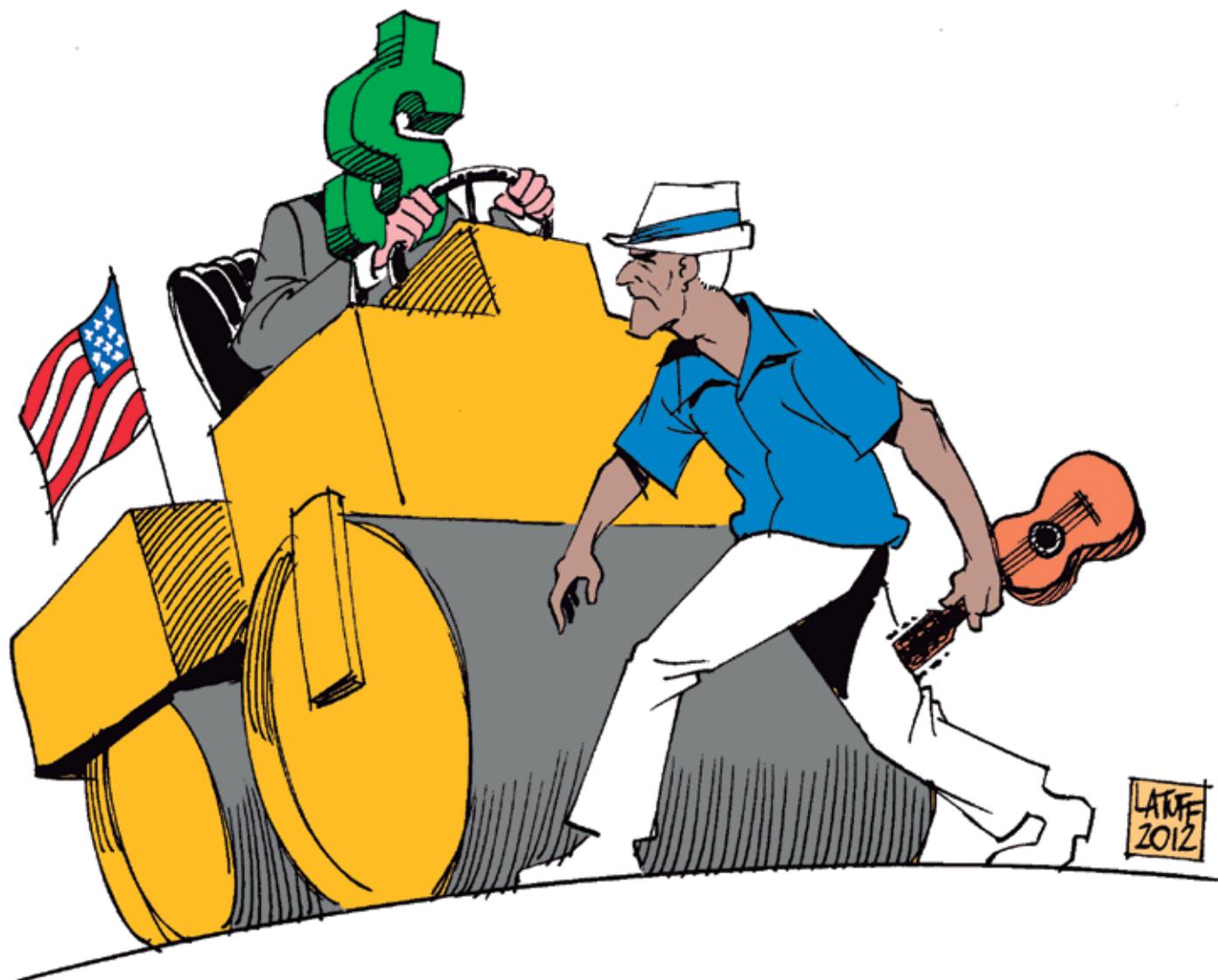
Uma geração emburrecida pelo culto ao corpo usa como totem o som berrante do carro, a xingar todas as mulheres de cachorras, vagabundas e burras, a glorificar os aspectos mais vis da sexualidade. É claro que não faltam “críticos”, muito bem remunerados e com grande espaço na mídia, para defender este atraso, este retrocesso, como o ápice da “liberdade”.

Ano passado Chico Buarque fez 60 anos. O mais importante poeta brasileiro vivo não teve um único especial em nenhuma rede de televisão. Toda a semana no programa do “Faustão”, você podia ver todos os que participam docilmente do sistema de venda por atacado de CDs. Gente sem talento, em quem gravadoras despejam milhares de dólares para lucrar milhões. Quem quiser escutar o novo CD do Paulo César Pinheiro vai ter que ficar catando nas lojas que vendam o selo “Biscoito Fino”. Um dos maiores compositores da MPB hoje faz música para 20 mil. Kelly Key vende dois milhões.

A verdade que a mídia repete é: “o povo gosta de merda, não adianta dar coisa boa para o povo”. Mentira cômoda de quem é tutor e executor de um processo de emburrecimento

que já dura 30 anos. Até a década de 60, Chico vendia tanto quanto Roberto Carlos. Mas imagina como seria perigoso se Aldir Blanc, Paulo César Pinheiro, Paulinho da Viola e outros de uma vanguarda cultural fossem os ídolos desta nova geração? Ora, é bem mais cômodo dominar uma juventude que canta “quer dançar, quer dançar, o tigrão vai te ensinar” ou “paga bolete, paga bolete” do que uma juventude que canta “por que beber esta bebida amarga, tragar a dor, engolir a labuta. Mesmo calada a boca resta o peito, silêncio na cidade não se escuta. De que me vale ser filho da santa, melhor seria ser filho da outra, outra realidade menos morta, tanta mentira, tanta força bruta”.

É terrível ver, vira e mexe, especiais lembrando Elvis Presley e outras coisas de qualidade similar, made in USA, enquanto o Jongo da Serrinha fica relegado a espaços de teatros e a boa vontade de verdadeiros heróis de vanguarda. O processo de recuperação da memória popular não pode ficar restrito a espaços como o Teatro Rival. Nós devemos levar esta discussão para espaços maiores. Torná-la um movimento de recuperação de nossa identidade, sem ter vergonha de sermos tachados de xenófobos ou puristas. Esta se tornou uma pecha incômoda e muitos têm medo dela. Defender nossa cultura não quer dizer menosprezar nenhuma outra.



Não pode haver cultura internacional sem cultura nacional.

Sem xenofobias, estamos abertos para receber Joan Baez, Ellza Fitzgerald, BBKing e tudo de maravilhoso que a cultura dos EUA tiver para nos legar, mas estaremos abertos para Violeta Parra, Fito Paez, Vitor Jarra, Amália Rodrigues, Pablo Milanez, Mercedes Sosa, a nosso irmãos latino-americanos, nossos ancestrais africanos e europeus, ou seja, visão mundialista de cultura não é centrada na cultura dominante, mas uma visão diversa, onde cada uma possa legar o que tem de melhor, e onde nós, como povo biodiverso, como povo que se reconhece, de forma orgulhosa no espelho, também tem muito a legar. Nós temos Beth Carvalho, Clara Nunes, Elizeth Cardoso e Elis Regina, grandes damas da MPB, capazes de passar para o mundo nossa genialidade com

a mesma emoção e beleza de uma Elza Fitzgerald.

A questão da memória é algo crucial neste momento. Não só temos vergonha de nossa memória, como hoje temos vergonha de defendê-la. Na verdade, a esquerda olha para o próprio umbigo e não tem projeto cultural autônomo. Vê cultura como algo acessório, não tem nenhum projeto de nação. Quando a esquerda se aproxima hoje em dia do movimento cultural é para pedir voto ou apoio, mas nenhum movimento ou partido de esquerda tem qualquer projeto para mostrar ao povo brasileiro que o projeto de recuperação de sua identidade anda de mãos dadas com um projeto político autônomo de Brasil. No processo chileno se dizia que o governo Socialista de Salvador Allende se mantinha com reformas e canções. A efervescência cultural chilena da época mostra como é indis-

solúvel a transformação cultural e a transformação política.

Há gente da esquerda que se julga ultra-revolucionária e tem coleção dos discos da “egüinha pocotó”, não sabe quem é Candeia e pouco se interessa pelo destino do samba carioca. Que projeto de país é este? São tão míopes que não conseguem ver que um jovem que começa a cantar Candeia já faz opção política de consciência, ainda que não se filie a partido político?

Cantar Cartola é resistir, é tão ou mais importante do que votar em candidato de esquerda ou se filiar a partido “revolucionário”. Ainda que digam que há conservadores que cantam Cartola. Tanto melhor, o conservador na política que canta o mestre Cartola mostra, na prática, o porquê a esquerda brasileira não conseguir avançar na disputa do coração e das mentes do povo. A esquerda brasileira tenta conquistar um

país que, no fundo, desconhece, ignora e despreza. Eguinha pocotó é opção política de direita em termos de cultura, é optar pelo esquecimento, pelo desprezo da raiz popular cultural, pela cópia servil da pior forma de música norte-americana cantada em português.

Memória é coisa séria. Tão importante quanto preservar a Mata Atlântica é preservar marchinhas, tão crucial quanto recuperar a Baía de Guanabara é recuperar forro pé de serra, tão vital quanto expandir a educação fundamental a 100% dos brasileiros é fazer com que esta mesma totalidade saiba a importância da própria cultura. Ou enfrentamos a luta pela memória e identidade, ou em 20 anos seremos um povo de cultura completamente estadounidense.

\*Escritor e mestre em Filosofia.

# “Latifúndio Midiota”: crítica a manipulação da informação pela mídia

A crítica à manipulação da sociedade feita pela mídia e a concentração dos meios de comunicação no país são os motes do livro “Latifúndio Midiota: crise\$, crime\$ e trapaça\$”, do jornalista Leonardo Severo, assessor de comunicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A obra foi lançada em 7 de fevereiro, em São Paulo, na Livraria Martins Fontes, inaugurando o selo do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé.

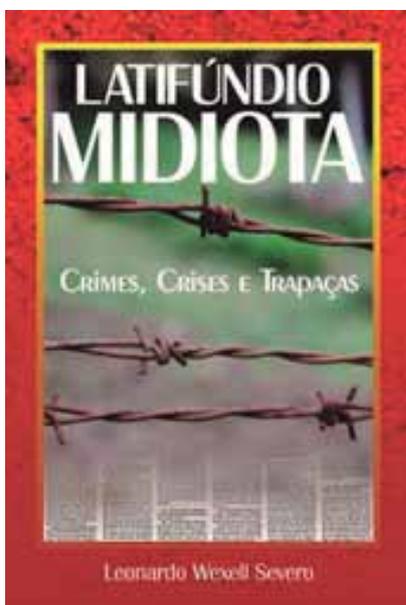
A publicação reúne 20 artigos e reportagens publicados pelo autor em veículos alternativos como o Portal do Mundo do Trabalho, Brasil de Fato, Revista do Brasil e o site Vermelho. Os textos abrangem a situação política social sobre Venezuela, Bolí-

via, Cuba, Paraguai e sobre o próprio Brasil no âmbito da construção de uma postura mais social e coletivista. Além disso, ressaltam a importância da democratização da mídia, defendida por blogueiros e jornalistas que lutam pela pluralidade de informação e um

novo marco regulatório da comunicação para o país.

O livro Latifúndio midiota: crime\$, crise\$ e trapaça\$ já está a venda e custa R\$30. No Rio, pode ser encontrado na livraria Antonio

Gramsci, localizada na rua Alcindo Guanabara, 17, térreo, Cinelândia (rua do Amarelinho). É possível encomendar o livro também pelo e-mail [livraria@piratininga.org.br](mailto:livraria@piratininga.org.br) ou pelo telefone (21) 2220 4623.

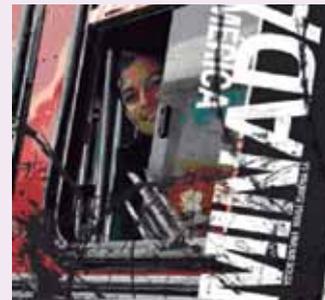


## Livro e vídeo tratam das minas terrestres

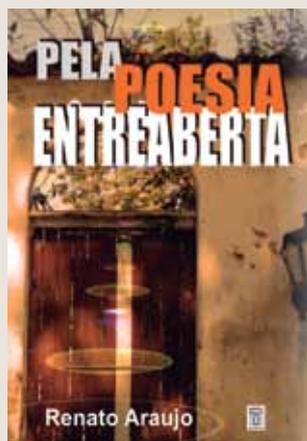
Nada menos do que 11 países da América Latina têm problemas com minas terrestres em seus territórios. A Colômbia está em primeiro lugar no mundo em novas vítimas desses explosivos. Essa alarmante realidade foi registrada pelas lentes dos fotógrafos e documentaristas Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá, no livro e vídeo-documentário “América Minada”, produzidos pela MediaQuatro. O livro tem edição trilingue pela Editora Photos e traz 51 registros em 64 páginas dessa tragédia sul-americana.

O livro é vendido por R\$ 55 através do site <http://mediaquatro.sites.uol.com.br>.

Já o vídeo-documentário, com duração de 27 minutos, é o primeiro registro no mundo sobre o flagelo das minas terrestres na América Latina. Traz uma análise mais profunda do tema na Colômbia e no Peru, por meio de entrevistas com especialistas e ativistas anti-minas, além de depoimentos



comoventes das vítimas desses explosivos proibidos há 10 anos, mas ainda utilizados. Hoje, a Colômbia é signatária do Tratado de Ottawa – convenção internacional que proíbe o uso, armazenamento, produção e transferência de minas terrestres. Ainda assim, todos os dias cerca de três pessoas são vítimas de minas terrestres no país. Os artefatos, abandonados após guerras civis ou plantadas recentemente por grupos armados, vitimam crianças, soldados, trabalhadores e já viraram um problema de saúde pública. Para ver o documentário basta acessar o link <http://migre.me/81Rm2>.



## Poesia entreaberta: servidor lança primeira publicação

Presença permanente no mundo virtual pelo blog “Pratique Poesia” e livros digitais publicados, o servidor Renato Araujo, lotado na Justiça Federal de Nova Friburgo, lançou a sua primeira publicação poética no papel: “Pela Poesia Entreaberta”. A obra traz poesias que trata de amor, paixões, contradições, conflitos e reflexões da alma humana.

O maior aliado do técnico judiciário

para divulgação de seu lado poeta, escritor e compositor tem sido a internet. Porém, como amante dos livros, Renato Araujo não quis permanecer apenas existindo no mundo digital. “Percebo que ainda guardo resquícios da cultura impressa, palpável. Sou amante dos livros. Adoro tê-los nas mãos”, conta.

Para conhecer mais visite <http://renatoaraujo.com>

# O samba do branco azedo esquizofrênico

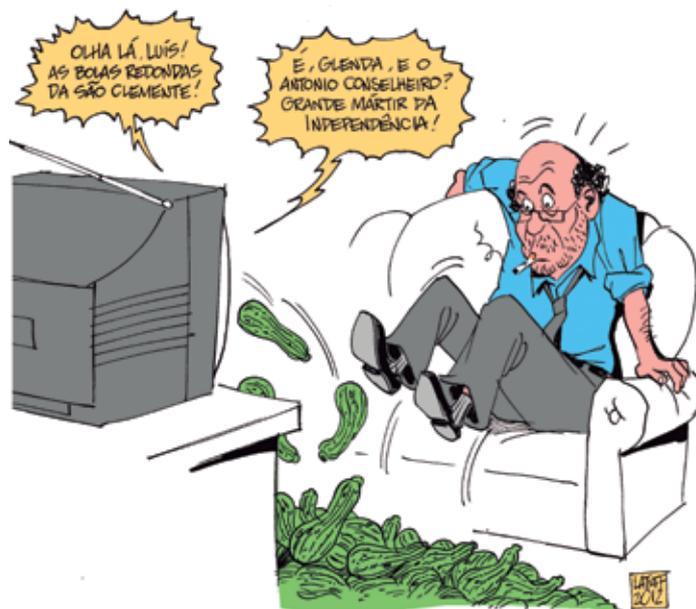
Fulgêncio Pedra Branca

Stanislaw Ponte Preta, althergo do saudoso Sérgio Porto, criou o inesquecível samba do Crioulo doido, feito por um compositor de escola de samba, que de tanto ser obrigado a escrever sambas patrióticos com grandes vultos históricos, ficou tantã e misturou todo mundo e ficou assim: Foi em Diamantina/ Onde nasceu JK/ Que a Princesa Leopoldina/ Arresolveu se casá/ Mas Chica da Silva/ Tinha outros pretendentes/ E obrigou a princesa/ A se casar com Tiradentes/ .../Joaquim José

Que também é/ Da Silva Xavier/ Queria ser dono do mundo/ E se elegeu Pedro II/ Das estradas de Minas/ Seguiu pra São Paulo/ E falou com Anchieta/ O vigário dos índios/ Aliou-se a Dom Pedro/ E acabou com a falseta/ Da união deles dois/ Ficou resolvida a questão/ E foi proclamada a escravidão

Assim se conta essa história/ Que é dos dois a maior glória/ D. Leopoldina virou trem/ E D. Pedro é uma estação também/ O trem tá atrasado ou já passou.

Algum fato deste tipo deve ter acontecido com os “simpáticos apresentadores globais, Glenda Kozlowski e Luís Roberto, que sinceramente seriam reprovados em qualquer prova do Enem. Eles serão motivos de nova composição, agora o samba do branquelo esquizofrênico, que sem entender nada de samba e nada de nada, decide para ganhar uns trocados ser âncora de transmissão de escola de samba. Talvez seja por isto que a Globo faz campanha sistemática contra o exame, seus apresentadores sucumbiriam a testes simples de história e conhecimentos gerais. Junto com os repórteres a dupla de apresentadores mais parecia dupla de comediantes da escolinha do professor Raimundo, tantas



foram as besteiras que falaram no ar, dignas de estarem no Febeapá do Grande Stanislaw.

Para começar a repórter chamou o Rio Tâmis da Inglaterra de Rio Tâmis, era apenas o início de duas noites de tortura sem fim. Ouvir a Glenda elogiar as “bolas redondas” da São Clemente foi de pedir para as crianças saírem da sala, o pleonasmo foi pornográfico ou melhor, pornofônico. Será que entre uma e outra sessão de bodyboarder não dava para ler um livrinho? O Pequeno Príncipe, ao menos?

Mas pasmem, não era suficiente. A Globo se superou na burrice de seus apresentadores: o artista Xangai virou Xangô! Xangô, deu vontade de perguntar, o da Mangueira, grande sambista, ou o orixá. Podiam pedir ajuda aos universitários, ou ao estagiário de jornalismo de plantão que não ia conseguir dizer tanta sandíce. Mas eu caí do sofá, deixando minha cachaça *Magnífica* derramar quando as coisas começaram a esquentar. Imaginem olhar uma senhora de cerca de oitenta anos, Dona Neta da Mangueira, virar a neta do presidente de

honra, Delegado, que tinha quase a mesma idade. Foi de chorar de rir! Pensam que acabou, que era suficiente? Nada, ainda no desfile da Mangueira Luís Roberto fez questão de dizer que a festa da Penha acontece no Bairro de Ramos (deve ser efeito das novelas globais, nas quais o Horto parece favela e o Encantado tem ônibus pirata, São Cristóvão fica perto de Campo Grande)... E que o Cacique de Ramos desfile do Ramos a Bonsucesso e depois a Olaria, depois foi para o Centro da cidade. Antes não era desfile, era maratona Ramos-Bonsucesso-Olaria, quem chegasse vivo no Cacique ganhava.

Já se recuperaram? Posso contar mais, ou estão como eu fiquei, chorando de tanto rir? Glenda e Luís Roberto podem ser humoristas. Seriam fantásticos na escolinha do Professor Raimundo. Mesmo sem pauta, é só deixar eles falarem. Imaginem Marisa Monte, linda ao lado de Paulinho da Viola e a Glenda ataca: vejam agora, Vanessa da Mata fantasiada de Clara Nunes! Impagável! Impagável! De tirar o tubo... precisei de dois minutos para me recu-

perar das gargalhadas e o constrangido desmentido: “não a Vanessa da Mata está mais atrás, mas que a Marisa Monte pode estar também representando a Clara Nunes, isto pode!” Onde? Na imaginação tresloucada da dupla que mais parecia atores do filme *Debby & Loide*?

A coisa estava tão ruim que afetou até os comentaristas. Ninguém da bancada sabia que a Imperatriz fora a campeã em 1980 com o enredo da Bahia, e não houve um ponto no apoio para soprar! E a cantora de um música só, Fernandinha Abreu descobriu que a Imperatriz, com dois carros quebrados tinha alegorias melhor acabadas que a Portela, acabou mesmo!

Mas o final foi fantástico, eu guardei o melhor para o final. Pensam que acabou, que foi dito tudo, de todas as maluquices globais, estão enganados. Tem mais. Num arroubo digno de Rui Barbosa, Luís Roberto deu uma de historiador ao comentar o Salgueiro, encheu o peito e explicou para todas que Antônio Conselheiro foi um mártir da nossa independência! Eu demorei cinco minutos para parar de rir, quase perdi o fôlego. O movimento messiânico, sebastianista, mas de base social comunista virou luta pela independência do Brasil! Cala a boca, Magda!

A Globo não precisa de humorismo, seus apresentadores já são uma piada, o final foi nota dez em estupidez. O Ministério da Saúde devia advertir, assistir à Globo faz mal à saúde mental, agora temos o samba do Branquelo esquizofrênico, Foi lá em Canudos que o Brasil ficou independente/ Antônio Conselheiro se aliou a Tiradentes... Stanislaw deve estar chorando de rir no andar de cima!

\*Fulgêncio Pedra Branca é alcoólatra, hipocondríaco e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil para fazer.

# Navios de guerra iranianos e russos rumo à Síria

**O mundo em crise e à beira de um confronto de níveis catastróficos no Oriente Médio**

Uma flotilha de navios de guerra iranianos atravessou o Canal de Suez e atracou no porto sírio de Tartus, no sábado, 18 de fevereiro. O ministro da Defesa do Irã, Ahmad Vahidi, disse que a missão é uma mostra da “potência” do Irã, apesar de 30 anos de incansáveis sanções. Toda a 18ª Frota da Marinha do Irã, já atracada em Tartus, participará de exercícios e dará treinamento “às forças navais sírias, nos termos de um acordo assinado há um ano entre Teerã e Damasco”. Hossein Ebrahimi, clérigo influente e vice-presidente da Comissão de Segurança Nacional e Política Exterior do Majlis (parlamento) do Irã, declarou:

“A presença de flotilhas do Irã e da Rússia ao longo do litoral da Líbia é mensagem clara contra qualquer possível aventureirismo dos EUA. No caso de os EUA cometerem qualquer erro estratégico na Síria, há real possibilidade de que o Irã, a Rússia e vários outros países imponham resposta esmagadora aos EUA”.

As atividades dos navios de guerra iranianos em Tartus (porto também usado pela Marinha russa) serão observadas de perto pelos países da região – Turquia, Jordânia, Qatar e Arábia Saudita, em especial. Notícias não confir-

madadas surgidas recentemente dizem que veteranos da Força Qods do Irã (uma unidade especial do Corpo dos Guardas Islâmicos Revolucionários) pode ser enviada à Síria, para auxiliar o governo.

Em termos simples, a mensagem do Irã à Turquia e seus aliados árabes (que estão armando e apoiando a oposição síria) será: “Irmãos, se continuarem a armar os seus, armaremos os nossos”. Há muito assunto aí sobre o qual todos esses países devem refletir, sobretudo as monarquias do petróleo – que se reunirão no próximo domingo, para o primeiro encontro dos “Amigos da Síria”.

Para a Turquia, os navios de guerra iranianos chegaram à Síria em má hora. O jornal israelense Ha’aretz noticiou que o exército sírio capturou 40 agentes da inteligência turca envolvidos em atividades subversivas; e que, na primeira quinzena de fevereiro, Ankara trabalhou “em intensas negociações” com Damasco, tentando libertá-los. Mas Damasco insiste que, em troca, a Turquia ponha fim à transferência de armas e infiltrações, e, além disso, quer que o Irã seja o mediador.

Ha’aretz registrou: “Oficiais ocidentais temem que a presença militar iraniana, além da ajuda russa, converta a

Síria em centro internacional de atrito ainda mais grave que a luta interna na Síria. Temem que uma “parceria” russo-iraniana venha a assumir o controle sobre ações na Síria, o que excluiria a União Europeia e a Turquia (...)”

## Tempos de testes

Mas Teerã também está testando as águas. Sob a lei internacional, o Irã tem direito de passagem para seus navios, pelo Mar Vermelho e o Canal de Suez. Mas as equações do Egito para o Irã continuam ambivalentes.

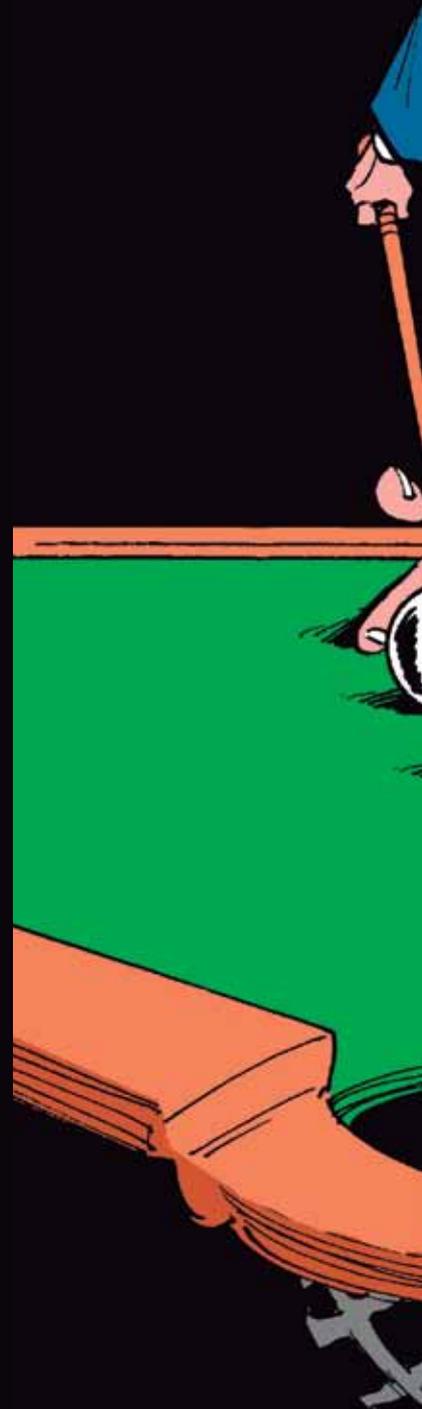
O Egito jamais antes permitiu que navios iranianos cruzassem o Canal de Suez, até fevereiro do ano passado, depois da queda do regime de Hosni Mubarak, quando, indiferente à pressão diplomática dos EUA e aos gritos de ameaça de Israel, o Cairo permitiu a passagem de um destróier. Para Israel, foi “provocação”.

Mas desde então o Egito está em torvelinho, e o entusiasmo inicial para a normalização de relações com Teerã diminuiu muito, com o Egito tornando-se dependente da ajuda financeira da Arábia Saudita e de outras monarquias árabes sunitas do Golfo Persa.

Assim sendo, a permissão para que uma flotilha iraniana inteira passasse por Suez no final de semana significa

não só que o Egito começa a movimentar-se na direção de apoiar o Irã, mas também que novas complexidades e imprevisibilidades surgem no caminho das relações entre EUA e Egito.

São tempos de testes para as relações EUA-Egito. Questão potencialmente séria já





surgiu com o ataque, pelas autoridades egípcias, a várias dúzias de trabalhadores de organizações não governamentais (ONGs), entre os quais 19 cidadãos norte-americanos. Número ainda não revelado de cidadãos estadunidenses procuraram abrigo na Embaixada dos EUA no Cairo.

O Cairo anunciou em 18 de fevereiro que 43 dos presos acusados de atividades suspeitas, entre os quais há estrangeiros (norte-americanos, sérvios, alemães, noruegueses, jordanianos e palestinos) e egípcios forão julgados no domingo (26/2), acusados de “estabelecer filiais não

autorizadas de organizações internacionais e de aceitar financiamento estrangeiro para fazer funcionar essas filiais, comportamento que agride a soberania do estado egípcio”.

Washington alertou o Cairo de que o ataque às ONGs poderia ferir laços bilaterais e ameaçou cortar a ajuda militar anual que chega a US\$1,3 trilhão. Washington sabe que qualquer julgamento público pode expor a escala da interferência dos EUA nos assuntos internos do Egito. Dez importantes organizações civis norte-americanas que operam no Egito foram invadidas, dentre elas o *National Democratic Institute*, o *International Republican Institute* e a *Freedom House*, que recebem financiamento do governo dos EUA.

O Conselho Supremo das Forças Armadas no Cairo culpa “mãos estrangeiras” pela agitação que não arrefece no Egito. A colorida ministra de Cooperação Internacional do Egito, Fayza Abul-Naga (um dos poucos nomes do regime de Mubarak que não perdeu o lugar que tinha no Gabinete) está chefiando a campanha contra o financiamento estrangeiro para ONGs no Egito. E a Fraturnidade Muçulmana ameaçou revisar o tratado de paz entre Egito e Israel, de 1979, caso os EUA cortem a ajuda ao Egito.

### Desafio estratégico

Teerã avaliou corretamente o melhor momento para testar as ideias egípcias. A decisão de permitir a passagem da flotilha iraniana por Suez ajuda a sublinhar a ideia de que o Egito preserva sua autonomia estratégica e que, se assim desejar, poderá reatar relações como Irã. (O ministro das Relações Exteriores do Irã Ali Akbar Salehi elogiou publicamente a decisão do Egito.) Aí há mais que simples “sinal” dirigido a Washington.

Ambas as capitais, Cairo e Teerã, têm chamado a atenção para as extraordinárias mu-

danças pelas quais o Oriente Médio está passando; e têm dito que as coisas nunca mais voltarão a ser como antes. A evidência mais espantosa dessas mudanças é que Egito e Irã não têm posições sequer próximas entre si, sobre a crise na Síria; mas, mesmo assim, o Cairo abriu passagem para navios iranianos, na viagem para Tartus.

Por sua vez, a mensagem mais importante que o Irã está encaminhando hoje é que nem o persistente impasse com os EUA, nem a avalanche de ameaças israelenses conseguiram fazer curvar a espinha dorsal dos iranianos; e não abalaram nem o desejo nem a capacidade do Irã para ajudar seu aliado sírio.

A demonstração de “força” no Mediterrâneo oriental lançará sua sombra sobre a política regional. O Hezbollah e o Movimento Amal, em declaração conjunta, reiteraram a aliança com o Irã. Declararam que os eventos na Síria são parte dos “desesperados esforços dos inimigos” para desestabilizar o país, destruir sua unidade nacional e minar o firme apoio que a Síria dá à resistência palestina. Seyed Hassan Nasrallah, secretário-geral do Hezbollah, disse que “o Hezbollah recebe do Irã apoio moral, político e financeiro, de todas as formas, desde 1982. Esse apoio honra a República Islâmica”. Disse ainda que “a mais importante vitória árabe” contra Israel, vitória do Hezbollah, não teria sido possível sem o apoio dos iranianos e que também “a Síria teve papel importante naquela vitória”.

Fonte: M K Bhadrakumar, Asia Times Online “Iran on the Move: Warships sail to Syria”. Traduzido pelo pessoal da Vila Vudu.



INTERNACIONAL

# O mito do Irã “isolado”

**EUA tentam mostrar que governo de Teerã está “sozinho”. Mas o país conta com apoio de outras nações contrárias aos embargos norte-americanos**

Pepe Escobar\*

O secretário de Defesa Leon Panetta disse dos iranianos: “Estão tentando desenvolver bomba atômica? Não. Mas sabemos que estão tentando desenvolver alguma capacidade nuclear. E é isso que nos preocupa. Nossa linha vermelha para o Irã é “não desenvolvam bomba atômica”. Para nós, é a linha vermelha.” Estranho, mesmo, é que as tais linhas vermelhas não param de encolher. Antes, era “o enriquecimento” do urânio. Agora, falam de bomba atômica. Desde 2005, o Supremo Líder iraniano, aiatolá Khamenei já dizia que seu país não trabalha para construir bomba atômica. A mais recente *National Intelligence Estimate*

sobre o Irã, produzida pela inteligência dos EUA disse várias vezes que não está, de fato, construindo bomba atômica.

Começemos por aqui: em dezembro de 2011, indiferente às graves consequências para a economia global, o Congresso dos EUA – sob pressões habituais pelo lobby israelense – impôs pacote de sanções goela abaixo do governo. Os EUA terão de boicotar todos os bancos e empresas de terceiros países que negociem com o Banco Central do Irã, o que implica paralisar vendas de petróleo do país. O objetivo final? Mudar o regime – e o que mais seria? – em Teerã.

O funcionário norte-americano não identificado de sempre admitiu ao Washington Post, e

o jornal publicou o comentário. “O objetivo dos EUA e das novas sanções contra o Irã é levar o regime ao colapso, disse alto funcionário da inteligência dos EUA, em clara indicação de que o governo Obama tem intenção de derrubar o governo do Irã, apesar do corrente engajamento”.

O problema é que quem conhece, por pouco que seja, o Irã, sabe que um ataque fará a população cerrar fileiras a favor de Khamenei. O que menos importará é a aversão que vários iranianos contra a ditadura militar do mulariato. Até a oposição iraniana apoia programa nuclear nacional pacífico. É questão de orgulho nacional.

Intelectuais iranianos, mais familiarizados com fumaças e espelhos persas que os ideólogos em Washington, descartam quaisquer cenários de guerra. Dizem que o regime de Teerã não tem intenção de provocar ataque que levaria ao cerco contra o próprio governo. Estrategistas de Teerã assumem que Washington não tem condições para lançar mais uma guerra no Oriente Médio.

O Irã não está “isolado”, por mais que Washington deseje. O primeiro-ministro do Paquistão, Yusuf Gilani, tornou-se passageiro frequente de voos para Teerã. E não se compara, em assiduidade, com o chefe da segurança nacional da Rússia, Nikolai Patrushev, que alertou Israel para que não force os EUA a atacar o Irã. Acrescente-se a tudo isso o aliado dos EUA e presidente do Afeganistão, Hamid Karzai. Num Loya Jirga no final de 2011, frente a 2.000 chefes tribais, Karzai disse que Kabul planejava aproximar-se de Teerã.

Nesse crucial tabuleiro eurasiático de xadrez, o Oleodutostão (orig. Pipelineistan), gasoduto Irã-Paquistão de gás natural – para extremo incômodo de Washington – está em pleno andamento. O Paquistão precisa de energia e o governo já decidiu que não está disposto a esperar até o dia do juízo final pelo projeto que é a menina-dos-olhos de Washington – o oleogasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia – para tentar atravessar o Talibânistão.

Até o ministro das Relações



Exteriores da Turquia, Ahmet Davutoglu, esteve em Teerã, embora as relações entre os dois países estejam complicadas. Afinal, a energia sobrepõe-se a todas as ameaças na região. A Turquia é membro da OTAN e está envolvida em operações clandestinas na Síria, aliada a sunitas fundamentalistas linha-duríssima no Iraque e – em movimento ostensivo de dar as costas à(s) primavera(s) árabe(s) – trocou um eixo Ankara-Teerã-Damasco por eixo Ankara-Riad-Doha. Planeja até hospedar componentes do planejado sistema de mísseis de defesa mirados para o Irã.

### Eixo do mal Teerã-Caracas

Com o *tour* do presidente Mahmoud Ahmadinejad do Irã, pela América Latina, a direita dos EUA imediatamente pôs-se a falar sobre eixo do mal Teerã-Caracas – que estaria promovendo o “terror” na América Latina, como preparação para futuros ataques contra a superpotência do norte. Mesmo depois de tantos anos, Washington não é capaz de digerir a ideia de que perdeu o controle e, até, a influência, sobre aquelas duas potências regionais.

Acrescente a tudo isso a barreira de desconfiança que só fez solidi-

ficar-se desde a revolução islâmica do Irã de 1979. Misture uma América Latina nova, já praticamente soberana e que busca a integração, não só pelos governos de esquerda na Venezuela, Bolívia e Equador, mas também pelas potências regionais Brasil e Argentina. Mexa tudo e obterá fotos históricas em que se veem os presidentes Chávez da Venezuela e Ahmadinejad do Irã, saudando o presidente Daniel Ortega da Nicarágua.

Washington continua a tentar divulgar a imagem de um mundo do qual o Irã teria sido completamente desconectado. Como já aconteceu, a porta-voz do Departamento do Estado, Victoria Nuland, insistia novamente que “o Irã permanece em total isolamento internacional”. Não. Como acontece com frequência, a porta-voz precisa prestar mais atenção aos fatos.

Esse Irã que permanecerá “isolado” tem US \$4 bilhões em projetos conjuntos com a Venezuela, dentre os quais um banco (como também com o Equador, o Irã tem vários projetos, da construção de usinas a, outra vez, também bancos). Tudo isso levou a equipe dos “Primeiro-Israel” que Israel controla em Washington a exigir, em altos brados, que se aplicassem sanções contra a Venezuela. O problema é o seguinte: como,

nesse caso, os EUA pagariam para receber o petróleo da Venezuela de que muito precisam?

A imprensa dos EUA comentou muito que Ahmadinejad não ter ido ao Brasil. Mas não há dúvidas de que Teerã e Brasília continuam em sintonia diplomática. No que tenha a ver com o dossiê diplomático, a história brasileira atrai simpatias. O Brasil desenvolveu – e depois cancelou – programa de armas nucleares. Em maio de 2010, Brasil e Turquia construíram acordo de troca de urânio para o Irã. Membro chave dos Brics, o clube das principais economias emergentes, Brasília opõe-se firmemente à estratégia dos EUA de sanções/embargo.

O Irã está “isolado” dos EUA e da Europa Ocidental, mas dos Brics aos MNAs (120 países do Movimento dos Não Alinhados), o Irã tem, a seu favor, a maioria do sul global. E, além do mais, há os aliados de Washington, Japão e Coreia do Sul, que suplicam para serem excluídos da obrigação de boicotar/embargar o Banco Central do Irã. Não surpreende, porque essas sanções unilaterais dos EUA visam atingir a Ásia. Afinal, China, Índia, Japão e Coreia do Sul, juntos, compram nada menos que 62% do petróleo que o Irã exporta.

### Siga o dinheiro

O mais importante de tudo é que um Irã “isolado” é assunto gravíssimo, de alta segurança nacional, para a China, que rejeitou as últimas sanções de Washington, sem nem piscar. O ocidente parece esquecer que o Império do Meio e a Pérsia fazem negócios já há quase dois mil anos. (“Rota da Seda”, alguém já ouviu falar?). Os chineses montaram grande negócio para desenvolvimento do maior campo de petróleo do Irã, Yadavaran. Quanto a outros efeitos sobre a China das novas sanções, que ninguém conte muito com eles. Empresários chineses no Irã estão produzindo carros, redes de fibras óticas e expandindo o metrô de Teerã. O comércio bilateral é de US\$30 bilhões hoje e deve alcançar os US\$50 bilhões em 2015.

A Rússia, é claro, é outra apoiadora chave do “isolado” Irã. Opôs-se fortemente contra as sanções

aplicadas por meio da ONU e as aplicadas pelo pacote de Washington e visam o BC do Irã.

O mote do isolamento enfraquece mais ao saber que o país está abandonando o dólar no comércio com a Rússia, usando as moedas nacionais, Rials e Rublos. Quanto à Índia, os líderes se recusam a suspender as compras de petróleo iraniano, troca comercial que, no longo prazo, parece que não será em dólares. A Índia já usa o Yuan em negócios com a China; Rússia e China negociam em Rublo e Yuanshã mais de um ano; Japão e China comerciam entre eles em Yen e Yuan. Como para Irã e China, todos os novos negócios e investimentos conjuntos serão pagos em Yuan e Rial.

Três dos Brics (Rússia, Índia e China) aliados do Irã são possuidores e produtores de ouro. Suas complexas negociações não serão afetadas pelos humores do Congresso dos EUA. De fato, quando o mundo em desenvolvimento assiste à profunda crise no Ocidente. É dívida massiva dos EUA, o Fed imprimindo moeda como se o fim do mundo estivesse próximo, muita injeção de dinheiro nos bancos e a eurozona abalada até os alicerces.

Deixe de lado as novas sanções contra o BC do Irã, ignore as ameaças iranianas de fechar o Estreito de Ormuz e é possível que a razão chave pela qual a crise no Golfo só faz crescer, esteja na decisão de torpedear o “petrodólar” usado como moeda de troca em todos os negócios. A ideia foi introduzida pelo Irã e com certeza gera ansiedade em Washington.

Não é delírio imaginar que pregadores linha-dura da doutrina da Dominação de Pleno Espectro dentro do Pentágono possam, a qualquer momento, inventar incidente de falsa bandeira no Golfo Persa para atacar o Irã.

Quero dizer que, sim, sim. Esse psicodrama maior que a vida, que chamamos “caso do Irã” pode vir a revelar-se o caso do dólar norte-americano contra a China; ou o caso das políticas do Golfo Persa, sob o manto de inexistente bomba iraniana. A pergunta é: que besta monstruosa, chegada a hora, arrasta-se para Pequim, para renascer?

\* Jornalista.

# Assassinato seletivo: isso se

**O jornalista Caio Blinder defendeu, na TV, o “assassinato” de cientistas que participam do “programa de enriquecimento de urânio do Estado Terrorista iraniano”. Argumentou que é “preciso matar gente agora” para evitar mais mortes do futuro. Cerca de 1.300 estudantes universitários iranianos pediram para mudar as suas áreas de estudo para o campo das ciências nucleares após o assassinato. Veja só Sr Blinder! Será preciso eliminar esses estudantes também porque um dia eles serão cúmplices do projeto nuclear iraniano!**

Reginaldo Nasser\*

Esta circulando pelos blogs e redes sociais trecho de um programa de TV paga [Manhattan Connection, ver <http://migre.me/8aXkg>] em que um dos comentaristas, Sr. Caio Blinder, apóia o “assassinato” de cientistas que participam do “programa de enriquecimento de urânio do Estado Terrorista iraniano”. Argumenta que é “preciso matar gente agora” para evitar mais mortes do futuro, além do que, acrescenta, “você intimida outros cientistas”.

O tema já foi intensamente debatido nos EUA, em 2007, quando o professor de direito

Glenn Reynolds criticou o presidente Bush por não fazer o suficiente para parar o programa nuclear iraniano (vejam só Bush acusado de ser *soft demais!*) e, em seguida, defendeu que os EUA deveriam assassinar líderes religiosos e cientistas nucleares iranianos com o objetivo de intimidar o governo do Irã. Portanto, se nos EUA a justificativa para esse tipo de crime não é algo incomum, no Brasil – salvo engano meu – é a primeira vez que aparece publicamente nos meios de comunicação e por isso julgo necessário tecer algumas considerações.

No dia 11 de janeiro de 2012, Ahmadi Roshan, engenheiro químico da usina de enriquecimento de urânio de Natanz, foi

assassinado nas ruas de Teerã após explosão de uma bomba em seu carro. É mais um de uma série de acontecimentos similares. Em dezembro de 2011, sete pessoas morreram em uma explosão em Yazd. Em 28 de novembro, uma bomba explodiu nas instalações nucleares em Isfahan. Em 12 de novembro, 17 pessoas foram mortas por uma explosão perto de Teerã. Em 29 de novembro de 2010, o cientista Shahriari foi morto da mesma forma como Roshan, com uma bomba plantada em seu carro. Em todos os casos as autoridades dos EUA e de Israel negaram veementemente qualquer envolvimento.

Mas qual é o problema? De forma declarada ou encoberta tanto EUA, como Israel, sempre adotaram a tática do assassinato seletivo. Desde 11 de setembro, o governo dos EUA tem realizado operações similares (“assassinatos seletivos”) mesmo fora dos campos de batalha do Afeganistão e do Iraque, como no Iêmen, Paquistão, Somália, Síria e possivelmente em outros lugares, causando a morte de mais de 2 mil supostos terroristas e de incontáveis vítimas civis. A justificativa está fundamentada numa autorização legal, aprovada na Câmara e no Senado, atribuindo ao Presidente o poder para adotar as medidas que julgue necessárias para impedir ou prevenir atos de terrorismo internacional contra os Estados Unidos.

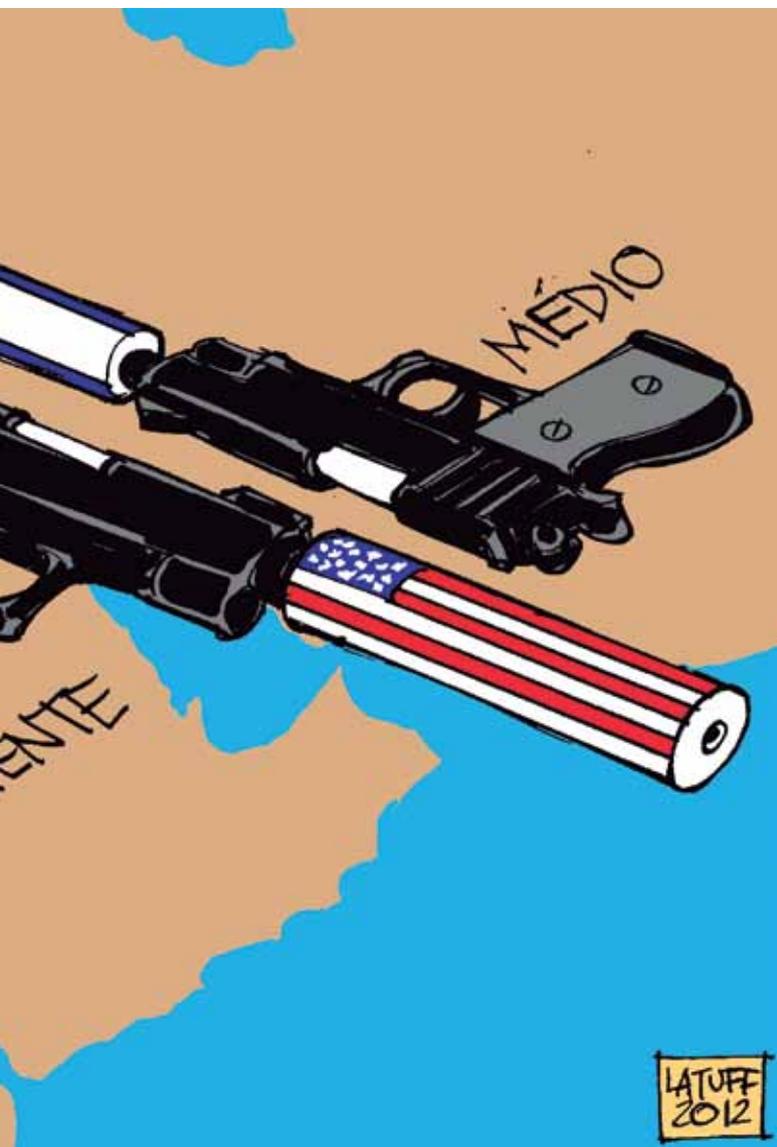
É importante notar que até pouco tempo atrás a justificativa para assassinar civis pressupunha a participação direta desses nas hostilidades. Quando se diz que um assassinato seletivo é “necessário” entende-se que matar era a única maneira de



evitar um ataque iminente. Mas no caso dos cientistas é praticamente impossível afirmar que matá-los era necessário para impedir o Irã de lançar um ataque nuclear iminente contra Israel ou qualquer outro país. A não ser que haja uma nova doutrina em formação: “assassinato seletivo preventivo”.

Voltando ao porta-voz brasileiro dos fundamentalistas norte-americanos, o Sr. Blinder, que é uma pessoa bem informada, sabe que além da quan-

# erve para provocar a guerra



**Estranhamente o “assassinato seletivo” ocorreu três dias após a afirmação do secretário de Defesa dos EUA de que era improvável que os iranianos estivessem tentando desenvolver uma arma nuclear**

tidade e qualidade de urânio ou plutônio, a produção de armas nucleares também requer os meios para levá-las ao seu destino (mísseis e ogivas). Portanto, é um projeto que envolve grande quantidade de cientistas, engenheiros e operadores. Levando à extremidade lógica o argumento dos fundamentalistas, será preciso assassinar mais algumas centenas ou mesmo milhares de pessoas. Claro, com o nobre objetivo de evitar mais mortes! Aliás, 90% das mortes de norte-americanos no mundo ocorrem devido à utilização de armas e munições produzidas no próprio EUA.

Portanto, somos tentados a concluir que os responsáveis pela indústria bélica (armas leves) nos EUA deveriam ser assassinados, pois evitaria a morte de milhares de norte-americanos? A ser levada a sério essa proposta (assassinato de cientistas), não é improvável que os congressos científicos internacionais acabem se convertendo em um verdadeiro festival de tiroteios e bombas. Aliás, o suposto efeito da intimidação, pressuposto dessas ações, está gerando um efeito oposto. Cerca de 1.300 estudantes universitários iranianos pediram para mudar as suas áreas de estudo para o campo das ciências nucleares após o assassinato. Veja só Sr Blinder! Será preciso eliminar esses estudantes também porque um dia eles serão cúmplices do projeto nuclear iraniano!

Dentro da mesma linha de raciocínio o proprietário do Atlanta Jewish Times, Andrew Adler, pediu desculpas na semana passada depois de sugerir que o assassinato do presidente Obama era uma opção que deveria ser con-

siderada pelo governo israelense, conforme relatado pelo Huffington Post. De acordo com Adler, Israel tem apenas três opções disponíveis para se manter seguro: 1. atacar Hezbollah e o Hamas, 2. destruir as instalações nucleares do Irã; 3. assassinar Obama!

Estranhamente o “assassinato seletivo” ocorreu três dias após a afirmação do secretário de Defesa dos EUA de que era improvável que os iranianos estivessem tentando desenvolver uma arma nuclear e no momento em que governo iraniano reiniciava as negociações com o grupo (P5 + 1) para autorizar a realização de uma visita de delegados da Agência Internacional de Energia Atômica em seu país.

Fica claro que o objetivo do assassinato dos cientistas é provocar uma forte reação da linha dura iraniana justificando, dessa forma, os famosos ataques preventivos. De acordo com reportagem na *Foreign Policy*, que teve acesso a memorandos elaborados pelo governo Bush, a Mossad usa as credenciais da CIA para recrutar membros da organização Jundallah (considerada terrorista pelo governo dos EUA) para lançar ataques contra o Irã. Como notou o analista internacional, Pierre Sprey, vivemos um daqueles raros e perigosos momentos da história, quando o “Big Oil” e os israelenses estão pressionando a Casa Branca na mesma direção. A última vez que isso aconteceu resultou na invasão do Iraque.

\* Professor de Relações Internacionais da PUC (SP) e do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP).

# © Ditadura digital: Polônia assina controverso acordo

Tatiana Lima\*

Não adiantaram os protestos de dezenas de milhares de pessoas nas ruas e tão poucos os ataques de hackers. A Polônia assinou o controverso Acordo Comercial Anticontrafação (ACTA) que visa criar uma organização para proteção das marcas, copyrights e patentes. Os opositores consideram que a medida é um assalto à liberdade na rede, uma vez que exige que os provedores de serviços de internet policiem a atividade dos usuários e restringe o compartilhamento de arquivos e informação.

O tratado foi assinado em 21 de janeiro pelo embaixador Jdwiga Rodowicz-Czechowska, no Japão. Segundo o governo polonês, visa harmonizar os padrões de proteção internacional de copyrights. Porém,

ainda precisa ser ratificado pelo Parlamento polonês.

O ACTA foi negociado com EUA, Austrália, Canadá, Japão, Marrocos, Nova Zelândia, Cingapura e Coreia do Sul. Caso seja aprovado, deve obrigar provedores a fornecer informações sobre clientes, restringir o uso de ferramentas de proteção à pirataria e permitir, inclusive, as alfândegas vasculharem laptops, celulares e tocadores de MP3 nos aeroportos em busca de violações de direitos autorais. Por isso, tem sido alvo de críticas constantes por grupos de direitos humanos pelo potencial de abuso a liberdade que o acordo propõe.

Ativistas estadunidenses têm comparado o ACTA às leis dos projetos *Stop Online Piracy Act* (SOPA) e o *Protect IP Act* ou PIPA, que tramitam no congresso e senado dos EUA. Ambos são voltados para o combate à pirataria e para a proteção da propriedade intelectual. No contexto da Internet, isso significa sobretudo restrições à possibilidade de baixar filmes, músicas, textos etc. Os métodos propostos vão do bloqueio de sites à suspensão de anúncio, podendo incluir até prisão de usuários. Um exemplo de crime seria a distribuição não autorizada de mídia online (*streaming*) passível de cinco anos de prisão.

## Pirataria online

Recentemente o maior site de compartilhamento de arquivos da internet, o Megaupload, foi fechado

após uma ação iniciada pela Universal Music, que alegava estar tendo prejuízos milionários com o compartilhamento ilegal, por meio do serviço de arquivamento online, de conteúdo protegido por copyright. O FBI calcula que o Megaupload causou até US\$ 500 milhões em prejuízos para as indústrias fonográfica e cinematográfica.

Em resposta à ação, integrantes do grupo Anonymous promoveram um ataque maciço por meio da internet, derrubando vários sites da indústria do entretenimento e tirando até mesmo a página do FBI do ar. O co-fundador do Megaupload, Kim Dotcom, ficou preso durante um mês e foi solto sob fiança pela Justiça da Nova Zelândia, com a condição de não acessar a internet.

Só nos Estados Unidos houve a paralisação por um dia da Wikipedia, 650 mil blogs do Tumblr e 10 mil outros serviços estiveram fora do ar. No dia seguinte, ocorreu uma mobilização sem precedentes contrária ao fechamento do site de compartilhamento de arquivos Megaupload e vários outros sites que defendem os interesses do SOPA. Além disso, foram realizadas 140 mil chamadas para os senadores norte-americanos e seus funcionários gastaram 4,2 mil horas falando ao telefone. O impacto das ações foi enorme e a equipe de defesa do copyright de Obama recuou publicando nota em 18 de janeiro, no blog da Casa Branca, afirmando que era importante combater a pirataria, mas que isto não poderia colocar em risco a liberdade e a segurança na rede.

No caso do acordo ACTA, a opinião pública foi mantida quase completamente à margem da tramitação, até que o



Imagem: <http://detecrecreator.org>

# NÃO QUEREMOS S.O.P.A.!



grupo Anonymous, de hackeativismo, passou a divulgar informações e notícias sobre o real conteúdo do acordo. O pessoal enviou expressivo aviso a autoridades polonesas, em que afirmam já ter informação “altamente sensível” sobre autoridades do governo polonês, e que divulgarão as informações em seu poder, caso o Parlamento ratifique o ACTA. As declarações foram publicadas em <http://pastebin.com>.

Em entrevista ao jornal Rússia Today, o fundador do Partido Pirata Sueco, Rick Falkvinge, disse que o tratado de proteção de copyrights, ACTA, é “excelente exemplo de abuso de poder pelas corporações da indústria”, em uma clara demonstração que o conhecimento é tratado como mercadoria e está a serviço do capital.

“A lei para prender usuários de internet foi negociada entre as corporações industriais. Os políticos já receberam a lei pronta”, contesta Falkvinge. “Sociedades democráticas não podem operar desse modo, independente do que digam as leis”, conclui. Ele acredita que o ACTA não será ratificado pelo Parlamento Polonês, pois como nos Estados Unidos, no caso da SOPA e PIPA, milhões se levantaram para dizer que não admitem à censura a disseminação do conhecimento.

## Operação Março Negro

O mês de março promete ser tumultuado na internet. O Anonymous convocou todos os adeptos da ideia para participar de uma série de protestos durante todo o mês, tanto no mundo virtual quanto no mundo real. A proposta é que durante os 31 dias as pessoas não comprem jornais e revistas, não baixem músicas, legal ou ilegalmente, não comprem livros, não assistam a filmes no cinema e evitem comprar jogos e DVDs. O intuito da “Operação Março Negro” é causar um impacto na indústria de entretenimento, de forma a protestar contra as propostas do SOPA, do PIPA e do ACTA. A ação deve ter escala mundial.

## O que está em jogo?

As vendas de músicas em todos os formatos – vinil, cd e download digital – desde 1999 caíram. Os lucros nos EUA que eram de 14,6 bilhões e no mundo de 38,6 bilhões foram reduzidas em 2011 a 12,4 bilhões e 34,7 bilhões, uma queda de 37% e 33%, em termos reais. A indústria do cinema também teve “prejuízos”. Só nos EUA, as vendas de filmes domésticos caíram de 24,3 bilhões, em 2005, para 18 bilhões, em 2011. Cerca de 36%.

Antes da internet, na cadeia da indústria cultural havia a ne-

cessidade de um intermediário entre o criador e o consumidor final. Desta forma, surgiram a indústria do cinema, a indústria fonográfica, as editoras. Com a internet, tudo isso se tornou praticamente desnecessário.

O próprio autor de um produto cultural, seja qual for – música, poesia, filme, livro

–, pode agora disponibilizar diretamente sua criação para o consumidor final na rede. Portanto, o autor passou a controlar sua criação, sem precisar de intermediários e das indústrias.

\*Da Redação.

## E o Brasil?

Tramita na Comissão de Ciências e Tecnologia da Câmara dos Deputados a versão tupiniquim de projeto de lei que pode censurar a internet. É o PL 84/1999 também conhecido como AI-5 Digital. O projeto cujo autor é o deputado Eduardo Azeredo (PSDB) prevê a implementação de um sistema de vigilância, delação e criminalização de diversos direitos dos internautas brasileiros, calculados em 80 milhões.

No entanto, embora o PL 84 ainda continue na Câmara, desde o segundo semestre de 2011, a mesma Comissão de Ciências e Tecnologia analisa

as propostas de outro Projeto de Lei de nº 2.126/2011, conhecido como Marco Civil da Internet – e não penal –, um anteprojeto de lei feito pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça em conjunto com a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas no Rio.

Este PL é resultado também de um longo processo de consulta pública iniciado pelo Ministério da Justiça. Constitui uma tentativa de garantir a liberdade de circulação na rede, afirmar direitos, e não transformá-la em “caso de polícia”.

**P**RESIDENTA DILMA  
PARTICIPA DE SOLENIDADE...

DECLARO ABERTA  
A PRIVATIZAÇÃO  
DOS AEROPORTOS!



# ÊNFASE

Instituto Jurídico

Tradição e Excelência

# PREPARE-SE COM OS MELHORES

## Cursos Federais

Magistratura | MPF | Manhã (08/02)  
AGU | DPU | DPF | Jurisprudência  
Resolução de Provas | Ênfase FULL  
Manhã (27/02) | Noite (12/03) | Sábado (10/03)

## Cursos Estaduais

Magistratura | MP | DPGE  
PGE/PGM | Estadual VIP  
Manhã (13/02) | Noite (05/03)

## Módulos de A a Z

Constitucional | João Mendes | 01/03  
Tributário | Érico Teixeira | 06/03  
Processo Civil | Erik Navarro | 06/03  
Manhã | Noite

## Cursos Adv. Estatais

BNDES | PETROBRAS | CEF  
Adv. Estatais Plena  
Noite (19/03)

## Cursos Analista

TRF | TRT | TRE | MPU  
Analista TOP  
Manhã (16/04) | Noite (12/03) | Sábado (14/04)

## Exame da OAB

2ª Fase | VI Exame | Penal: 13/02  
2ª Fase | VI Exame | Trabalho: 25/02  
1ª Fase | VII Exame | Início: 14/04

## Intensivos

Intensivo AGU e PFN | Edital em Breve!  
Intensivo DPF | Início: 17/03 | Edital em Breve!

## Coordenação

**Erik Navarro**  
(Juiz Federal)

**João Mendes**  
(Mestre pela Univ. de Coimbra)

**Érico Teixeira**  
(Juiz Federal)

## Centro

21 . 2223.1327  
Rua Buenos Aires, 56  
2º, 3º e 5º andar

## Barra

21 . 2494.1888  
Downtown | Bloco 21  
Salas 156 e 158

## Niterói

21 . 3629.0572  
Rua Maestro Felício Toledo, 519  
3º andar | Centro

[www.enfaseinstituto.com.br](http://www.enfaseinstituto.com.br)

Conheça nossos cursos ONLINE > [www.enfaseonline.com.br](http://www.enfaseonline.com.br)



# SISEJUFE

# & Alcance

Concursos Jurídicos

O SISEJUFE e o Alcance Concursos firmaram um convênio no qual oferecem a todos os sindicalizados, dependentes e funcionários um desconto especial.

AGBRASIL

## DESCONTO DE

# 20%

## EM TODOS OS CURSOS.

\*Exceto Disciplinas Separadas e Módulos.

### ESTUDE COM QUEM MAIS APROVA NO BRASIL!



✓ 1ª FASE DO ÚLTIMO CONCURSO MPF

**1º** LUGAR NACIONAL

**12** entre os **15** PRIMEIROS COLOCADOS

**44%** DOS APROVADOS NO BRASIL

✓ MAGISTRATURA FEDERAL - TRF

5ª REGIÃO IX CONCURSO

**1º** COLOCADO  
NÓSSO ALUNO:  
**THIAGO C. CAVALI**

2ª REGIÃO ÚLTIMO CONCURSO

**42%** DOS APROVADOS

## TURMAS PREPARATÓRIAS COM INÍCIO IMEDIATO



### AGU/DPU 2012

REMUNERAÇÃO MÉDIA **R\$14.549,23**

INÍCIO EM FEVEREIRO

ADVOGADO DA UNIÃO - PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL  
DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL - PROCURADOR FEDERAL



### MAGISTRATURA FEDERAL

REMUNERAÇÃO MÉDIA **R\$21.766,15**

INÍCIO EM MARÇO

PREPARATÓRIO PARA JUÍZ SUBSTITUTO



### MPF 2012

REMUNERAÇÃO MÉDIA **R\$22.914,74**

INÍCIO EM FEVEREIRO

PREPARATÓRIO PARA PROCURADOR DA REPÚBLICA

NO ALCANCE, VOCÊ ESTUDA ONDE QUISER E A QUALQUER HORA!

▶ VEJA NOSSOS MÓDULOS

ACESSE AGORA E CONFIRA NOSSAS AULAS VIA WEB

## www.alcanceconcursos.com.br

Retire seu **CUPOM DE DESCONTO** na coordenação do SISEJUFE:

Av. Presidente Vargas, 509 - 11º andar - Centro / RJ

